

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

ATA Nº 056

PRESIDENTE – DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS FRAGA

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-tarde!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso declaro aberta esta Audiência Pública requerida pelo Deputado José Domingos Fraga, com objetivo de discutir sobre a Área de Proteção Ambiental, APA, da Bacia do Alto Paraguai e suas conseqüências, como incremento no desenvolvimento econômico e social e suas implicações na região.

Convido para compor a mesa de honra os Exm^{os} Senhores: Deputado Erival Capistrano, Deputado Estadual do Município de Diamantino que neste ato representa toda região; Sr. Umbelino Alves de Campos, conhecido popularmente como Bilu, Prefeito Municipal de Alto Paraguai; o Vereador Xisto Cardoso da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai; a Sr^a Antônia Samir, técnica do Ministério do Meio Ambiente, Coordenadoria de Agroextrativismo, neste ato representando o Secretário Nacional, Sr. Egon Sr. Luiz Henrique Daldegan, Secretário de Estado de Meio Ambiente; Sr. Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan, Secretário de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia; Sr. Milton Criveletto, Miltinho, vice-prefeito de Diamantino, neste ato representando o Prefeito circunvizinho, Chico Mendes (PALMAS).

Composta a mesa de honra, convido todos para cantarmos o Hino Nacional, por questão do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Registramos e agradecemos a honrosa presença das seguintes pessoas que gentilmente compareceram para esta Audiência Pública: Sr. José Valentin Neto, vice-presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai; Sr. Gilberto Souza de Lima, Vereador da Câmara Municipal de Alto Paraguai; Sr^a Maria Celeste dos Santos, Vereadora de Alto Paraguai; Sr. Orites Pilonetto, Vereador de Alto Paraguai; Sr. Jader José Borges da Silva, Vereador de São José do Rio Claro, que está prestigiando esta Audiência Pública; Sr. André Pilonetto Neto, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Alto Paraguai; Sr. Estevão Pereira e Silva, Secretário de Agricultura do Município de Diamantino; Sr^a Fátima Desta, Coordenadora de Turismo e Meio Ambiente de Barra do Bugres; Sr. José Benedito Campos de Souza, Superintendente Regional de Alto do Rio Paraguai do MT Regional; Sr. João Fialho, sub-Secretário de Cultura de São José do Rio Claro; Sr^a Fátima Aparecida de Assis, Secretária do Sindicato e estudante de ciência e biologia; Sr. Odair José Alves Loureira, Presidente da CPT – Comissão Pastoral da Terra; Sr. Dilmar Massini, Presidente da Associação Unidos pela Terra de Alto Paraguai e Diamantino; Sr. Pedro Carlos de Oliveira, Secretário da Associação dos Produtores Rurais de Alto Paraguai, obrigado pela presença e que foi um dos grandes responsáveis pela realização desta Audiência Pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Quero aproveitar esta oportunidade, Prefeito Bilu, primeiro para agradecer Vossa Excelência, agradecer o Xisto e em seu nome agradecer todos os Vereadores que aqui se fazem presentes e que deram total apoio para que esta Audiência pública pudesse acontecer no Município de Alto Paraguaia.

Da mesma forma, quero agradecer o meu amigo, Deputado Erival Capistrano, que também é um batalhador pela sustentabilidade da população de Alto Paraguai, dos municípios circunvizinhos e que foi um dos baluartes para aprovação deste requerimento. E que tem, em conjunto comigo e com os Deputados Wagner Ramos, Sérgio Ricardo e Riva, tem trabalhado para que possamos buscar alternativa para dar sustentabilidade a essas populações que estão envolvidas na Bacia do Alto Paraguai, que congregam dezenas de municípios e que a sua economia está passando por dificuldade.

Da mesma forma, quero fazer um agradecimento todo especial ao Luiz Henrique Daldegan, Secretário de Meio Ambiente, que quando eu o convoquei para que se fizesse presente em Alto Paraguai e pedi a ele que me desse uma luz de quem poderíamos convidar do Ministério de Meio Ambiente, do Governo Federal, de forma que pudesse trazer aqui perspectiva de trabalharmos essas áreas degradadas e ao mesmo tempo buscarmos alternativas para trabalhar pequenos arranjos produtivos que pudessem gerar renda, gerar oportunidade de trabalho para essa população, o Secretário Luiz Henrique Daldegan não só se colocou à disposição a vir em Alto Paraguai como em trazer o Secretário Nacional do Meio Ambiente, Sr. Egon. Infelizmente o Egon, manteve contato com ele de última hora e não pode vir, mas mandou uma dádiva para nós aqui, que é a técnica Antônia, que vai falar com muita competência sobre a área, sobre o departamento que ela responde no Ministério de Meio Ambiente. E ao adentrar em Alto Paraguai, eu posso passar para vocês em primeira mão, Bilu, ela se sensibilizou com a população de Alto Paraguai.

Eu a vi conversando nos bastidores com as mulheres de Alto Paraguai. E eu percebi o quanto ela está preocupada com as desigualdades regionais que existem no Estado de Mato Grosso.

Tenha a convicção, Antônia, que ao sair daqui, você adotou Alto Paraguai, da mesma forma que eu, filho de Alto Paraguai, desta região, adotei. Tenho certeza que eu e o Deputado Erival Capistrano teremos mais um parceiro para lutar em prol do desenvolvimento de Alto Paraguai e toda região.

Da mesma forma, quero fazer um agradecimento todo especial ao Secretário Furlan. Todas às vezes que convidamos o Secretário Furlan para participar de eventos da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, ele nunca negou a sua presença física, nunca negou a sua participação. Ele tinha um Encontro em Blumenau, mas fez questão de antecipar a sua estada em Blumenau para estar presente em Alto Paraguai. Da mesma forma, a sua estada no Município de Diamantino quando a Assembléia Legislativa realizou um Simpósio para discutir as dificuldades, os desafios e as soluções para Diamantino e região.

Ele vai falar...

Eu não tenho medo de dizer, Secretário Luiz Henrique Daldegan, que por meio daquele debate o Alexandre Furlan, em conjunto com o Governador, com as Lideranças Políticas de Diamantino, trabalhou para que o Bertin viesse para Diamantino. Sabíamos que a vontade do Bertin no primeiro momento era vir para Sorriso, para Lucas do Rio Verde, em função da logística, da disponibilidade de mão-de-obra, da matéria-prima existente na região Norte de forma abundante. Mas justamente em função dessa discussão o Furlan fez questão, em conjunto com o Governador, de dizer quais os incentivos fiscais que Mato Grosso tem condições de proporcionar. Temos condições

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

até de proporcionar incentivos em maior quantidade para as regiões mais pobres de Mato Grosso, menos desenvolvidas, para que possamos encurtar as diferenças regionais existentes no Estado de Mato Grosso.

Quero, também, agradecer a presença do Miltinho, neste ato representando o Chico Mendes, que tem sido um defensor do Município de Alto Paraguai, um parceiro e, inclusive, tem colocado suas terras à disposição de uma associação que tem congregado mais de cem pessoas, cem famílias, que está sendo liderada pela Elisete, que está aqui presente - quero agradecer a sua presença -, e tem dado sustentabilidade e dignidade a dezenas de famílias envolvidas nessa Associação de Catadores de Isca Viva e de Minhoca.

Então, Miltinho, que você leve o nosso agradecimento ao Chico Mendes por essa parceria que tem feito com essa Associação e pelo carinho e admiração que tem tido com a população de Alto Paraguai.

Quero registrar e agradecer a presença do Ticão, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino.

Obrigado, Ticão!

Da mesma forma, agradecer a presença do Vereador Stol, que marca presença nesta Audiência Pública e que, tenho certeza, é um grande defensor de que haja o desenvolvimento dessa região como um todo e de forma totalmente sustentável.

Enfim, minhas amigas, meus amigos, de Alto Paraguai, quero fazer um agradecimento todo especial ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Sérgio Ricardo, e ao Deputado Riva.

Inclusive, o Presidente, Secretário Luiz Henrique Daldegan e Secretário Alexandre Furlan, teve a oportunidade de estar comigo aqui, no Município de Alto Paraguai, conheceu *in loco* toda a problemática histórica de Alto Paraguai, que vem antes da década de 70, do garimpo, e, agora, da falta de renda pela qual está passando a população e se comprometeu a ser parceiro do Governo do Estado, não só da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia, da Secretaria do Meio Ambiente, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, do MT Regional, em conjunto com a Assembléia Legislativa, para buscar alternativa.

A prova disso é que na sua vinda aqui, Secretário Luiz Henrique, ele se comprometeu a colocar à disposição um milhão de alevinos. Hoje, ele mandou uma mensagem: ele disse que não poderia vir para Alto Paraguai, mas que noventa mil alevinos grandes já estão à disposição para a qualquer momento ser trazidos para Alto Paraguai. E, também, disse que se quiserem mais quatrocentos mil alevinos estarão à disposição para serem mandados para cá até o final do ano. O trabalho dele é para que possa aqui, em Alto Paraguai, em Diamantino, em Nortelândia, fazer essa parceria com o Governo do Estado por meio do MT Regional e fazer essa distribuição para gerar renda à população com a distribuição de mais de um milhão de alevinos.

Eu não poderia de deixar de agradecer o apoio do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sérgio Ricardo, que, além dessa parceira, está nos dando condição de estar aqui hoje com essa estrutura pesada. Aqui está o Cerimonial da Assembléia Legislativa, a quem agradeço; aqui está o pessoal da Taquigrafia, que não tem medido esforços para marcar presença em todos os eventos realizados pela Assembléia Legislativa, principalmente deste Deputado; como, também, quero agradecer ao pessoal da TV Assembléia Legislativa, que está gravando a Audiência Pública na íntegra.

Tenham certeza que logo mais será transmitida por meio do canal fechado 16 e do canal aberto 30 para todo o Estado de Mato Grosso para que a população mato-grossense tome

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

conhecimento do trabalho que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso está desenvolvendo no Estado, como um todo, especialmente por meio desta Audiência Pública pela qual se faz esta discussão aqui, no Município de Alto Paraguai.

Quero dizer que o objetivo desta Audiência Pública, Secretário Luiz Henrique, Secretário Alexandre Furlan e Dr^a Antônia, que são as pessoas que vão enriquecê-la, que são os nossos convidados especiais, é justamente discutir, Prefeito Bilu, Vereador Xisto, demais Vereadores, com a população de Alto Paraguai que a APA-Área de Proteção Ambiental, que aqui foi criada pelo Governo do Estado, não foi criada para atravancar ainda mais o desenvolvimento de Alto Paraguai, que foi criada não só para preservar o mais importante afluente formador do Pantanal, o formador do Pantanal, mas, também, para dizer que Alto Paraguai tem jeito, tem condições de se desenvolver de forma sustentável e garantir a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento desta população e, olhando lá na frente, olhando o futuro, a sobrevivência, a melhoria da qualidade de vida das populações futuras.

Tenho certeza que quando a Secretaria do Meio Ambiente em conjunto com o Governo do Estado criou a APA pensou que juntamente com a APA o Estado, como catalizador de desenvolvimento, como indutor desse desenvolvimento de políticas públicas, tanto na área ambiental, como na área social, em conjunto com as lideranças políticas, com a sociedade de forma formal, pudesse buscar alternativa para alavancar o desenvolvimento de Alto Paraguai.

Não podemos permitir, Sr. Prefeito, demais autoridades, Deputado Erival Capistrano, que Alto Paraguai, Diamantino e Nortelândia, que foram as meninas dos olhos de todas as lideranças políticas e empresariais do Estado de Mato Grosso nas décadas de 60, 70, até porque o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso aconteceu justamente pelo Médio Norte Mato-grossense e envolveu essas populações... Depois, em função de uma política de Governo, principalmente do Governo do Estado, do Governo Federal querendo desenvolver o Norte do Estado de Mato Grosso, aliada ao empobrecimento da principal atividade econômica, que é o extrativismo mineral, a economia se exauriu e Alto Paraguai e região viveram um processo perverso de empobrecimento muito grande, com um IDH inferior a sete ou igual a sete, que é o IDH das regiões mais pobres do Nordeste brasileiro, com um processo migratório de mais de 10% da população que migra dessa região.

Como Deputado Estadual, tanto o Deputado Erival Capistrano como eu, como filho desta região, que tive a oportunidade de ser um dos grandes parceiros dos sulistas que migraram justamente para esta região Norte do Estado, de alavancar o desenvolvimento da região, que tem não só a melhor renda *per capita*, mas o melhor IDH do Estado, não poderia, neste momento, em que temos a oportunidade ímpar de dar a minha contribuição por esta região, deixar esse período que eu estarei na Assembléia Legislativa de Mato Grosso passar sem perceber, sem buscar em conjunto com o Governo do Estado e com toda a sociedade civil desta região alternativas que possam alavancar o desenvolvimento desta região e que possam melhorar a qualidade de vida.

É por isso que nós estamos, em conjunto com a Assembléia Legislativa, em conjunto com o Deputado Erival Capistrano, buscando essas alternativas econômicas. E fizemos questão de realizar esta Audiência Pública, aqui em Alto Paraguai, para ouvir as pessoas que têm o instrumento necessário para dizer o que se pode desenvolver na área de preservação ambiental e o que o Governo do Estado, tanto através da Secretaria de Assuntos Estratégicos quanto através do MT Regional, da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Indústria e Comércio, bem como nós poderíamos fazer para que Alto Paraguai possa sair da situação em que se encontra. Que nós possamos fazer uma coisa que eu acho tão importante e que não custa caro, que é melhorar a auto-

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

estima da população de Alto Paraguai. Fazer com que nós não ouçamos, Antônia, aquilo que ouvimos de uma senhora que conversou com você, quando nós chegamos aqui. Ela dizia que Alto Paraguai não tem mais jeito, que em Alto Paraguai a situação está cada vez pior. Alto Paraguai tem jeito! Basta que nós todos nos envolvamos num projeto de desenvolvimento de forma sustentável e que nós aproveitemos o que o Governo do Estado criou em Alto Paraguai, que é a APA. Fazer com que a APA possa ser um instrumento não dificultador desse desenvolvimento, mas um agente facilitador de desenvolvimento de forma sustentável, de forma que nós possamos dar oportunidade de trabalho e ter aquilo que é mais importante para que possamos ter cidadania, que é qualidade de vida. Ter a qualidade de vida que outras populações que chegaram há pouco tempo aqui no Estado de Mato Grosso têm, até porque buscaram, nos municípios de economia voltada para o agronegócio, municípios em que as gestões públicas são mais contemporâneas e em que o desenvolvimento chegou de forma mais acelerada, até em virtude da logística que hoje encontra implantada naquelas localidades.

Portanto, quero finalizar a minha fala, neste momento, mais uma vez, agradecendo a presença de todos. Quero, em nome do Prefeito Municipal, Bilu, agradecer a presença de toda a liderança política que compõe esta Mesa, que está nesta platéia. E, acima de tudo, agradecer a presença, principalmente da população de Alto Paraguai que está aqui de forma maciça em busca de alternativa, e acima de tudo, Secretário Furlan, em busca de esperança. Esperança de dias melhores para você e para a toda sua família. E tenha convicção que toda essa população que marca presença gostaria de nascer aqui, de crescer, de prosperar e, se possível, de morrer aqui. Mas, infelizmente, muitos, por falta de oportunidade, saem daqui e, muitas vezes, morrem muito distante daqui em busca de oportunidade de trabalho e morrem como indigentes. Não é isso o que nós queremos para a população de Alto Paraguai. Não é isso o que nós queremos para a população desses Municípios da Bacia de Alto Paraguai de economia exaurida. Nós queremos realmente que eles possam exercer a sua cidadania, mas exercer de uma forma totalmente plena.

Portanto, agradeço a presença de todos.

E quero, neste momento, passar a palavra ao eminente Deputado Erival Capistrano, do Município de Diamantino, que tem um carinho e um apreço muito grande por toda a população de Alto Paraguai. (PALMAS)

O SR. ERIVAL CAPISTRANO - Exm^o Sr. Deputado Estadual colega José Domingos Fraga; Umbelino Alves de Campos, Prefeito Municipal de Alto Paraguai; Milton Criveletto, representando o nosso prefeito Chico Mendes; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan, Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Minas e Energia; Luís Henrique Daldegan, Secretário de Meio de Ambiente; Antônia Samir, técnica de Ministério do Meio Ambiente, coordenadora de Agro-extrativismo; Xisto Cardoso Silva, Vereador desta Casa, em nome do qual eu cumprimento os demais Vereadores aqui presentes. Para nós, este evento é um motivo de orgulho e satisfação. Quero parabenizar o nobre colega por esta idéia de ter convocado esta Audiência Pública aqui no Município de Alto Paraguai.

Todos sabem que eu nasci em Diamantino, próximo daqui, e em Alto Paraguai nós vivemos desde crianças, estivemos sempre presentes aqui na comunidade. E, mais uma vez, esta Audiência Pública é motivo de orgulho para mostrar à população que quando se quer, tem-se essa oportunidade de trazer o Deputado José Domingos Fraga, que é Nortelândia; o Deputado Erival Capistrano, que é de Diamantino; o Deputado Wagner Ramos, daqui a pouco deve estar presente, que é de Nortelândia também e hoje é de Tangará da Serra; e o Júnior Chaveiro, de Barra do Bugres. Se nós nos unirmos e nos fortalecermos, sempre teremos um representante na Assembléia

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Legislativa. Os Vereadores que tem nos acompanhado em audiências lá com o Governador e com Secretários de Estado vêem a facilidade que tem.

Então, esse é mais um motivo para que, quando vocês forem votar, analisem, vejam quem realmente tem compromisso com a nossa região, porque, muitas vezes, votamos numa pessoa lá de Barra do Garças que não tem compromisso nenhum conosco.

Então, independente de que nome seja, quando sair um representante local ou da região, que seja dado esse voto de confiança.

Então, quero agradecer essa oportunidade aqui. E coloco-me, mais uma vez, à disposição lá na Assembléia Legislativa. Eu estou Suplente, estou Deputado, hoje, por 120 dias, já se passaram dois meses, mas eu estou à disposição da nossa região. Já me coloquei à disposição do Prefeito Umbelino, dos Secretários e dos Vereadores, da mesma forma em Diamantino. E estamos lá para lutar pela nossa região e pela população.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Deputado Erival Capistrano.

Eu quero aqui registrar a presença do Vereador Odilon Gomes da Silva e do nosso amigo Waldomiro de Freitas, nosso Vice-Prefeito.

Alexandre Furlan, o maior fabricante de pontes que existe aqui na região é o Waldomiro, o nosso Vice-Prefeito.

E, dando continuidade à nossa região, com a palavra, o vulgo Bilu, Prefeito Umbelino Alves de Campos, para dar as boas-vindas aos participantes desta Audiência Pública.

O SR. UMBELINO ALVES DE CAMPOS (BILU) - Boa-tarde a todos e a todas!

Quero aqui saudar a Mesa. Não vou nominá-la, porque isso já foi muito bem feito pelo anfitrião. Eu já não vou dizer que o anfitrião é o Prefeito - ouviu, Deputado José Domingos Fraga? O anfitrião é Vossa Excelência, que tem comparecido - se não me engano - há mais de dez vezes ao nosso município nesse tão pouco tempo de Assembléia Legislativa. São onze meses adotando Alto Paraguai como o município do coração de Vossa Excelência. Dessa forma, já foi nominada já foram nominados e apresentados todos os componentes da mesa.

Quero, aqui, agradecer a todas e a todos os presentes; ao Cerimonial da Assembléia Legislativa, que está a minha direita, enriquecendo a nossa Audiência Pública; aos nossos Vereadores; ao Presidente Chicão, com sua humildade de sempre; enfim, parabenizá-los por essa visão, pela criatividade e sensibilidade de olhar para a nossa região.

Quero fazer uma crítica construtiva, não só no intuito de agradar ou denegrir os políticos que eu irei falar. Muitas vezes, o político vem em nosso município, pede voto, some e esquece. Eles vão principalmente aos municípios carentes, que têm um colégio eleitoral baixíssimo.

Você - desculpe-me a intimidade - Deputado José Domingos Fraga, que a simplicidade pondere sempre nessa humildade que você é...

(O SR. DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS FRAGA RESPONDE AO ORADOR – INAUDÍVEL)

O SR. UMBELINO ALVES CAMPOS (BILU) – Pelo contrario, está fazendo jus aos quinhentos e dezessete votos que teve aqui. Seus eleitores estão orgulhosos por terem votado em você. Os que não votaram, muitos deles, certamente estão arrependidos, não menosprezando aos outros. O seu trabalho como Parlamentar está sendo bem visto por nós, os munícipes, e somos gratos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

O mais novo recém empossado, que está a minha direita, Deputado Erival Capistrano, no dia da sua posse na Assembléia Legislativa colocou o seu gabinete à disposição de Alto Paraguai.

A população está aqui confiante em Vossas Excelências, confiante nessa Mesa, torcendo por essa equipe do Governo.

Então, quero que as pessoas prestem atenção na sua fala, porque nós vamos cobrar, Deputado José Domingos Fraga. Nós vamos cobrar.

Eu fui entrevistado ali na porta: A APA impossibilita? Eu respondi que a APA não impossibilita. A APA nos possibilita. Ela tem efeito duplo positivo.

Tem uma frase que o nosso velho companheiro Clóves Vettorato sempre fala: “Que o limão é azedo, mas adicionado água e açúcar torna-se uma bela bebida, uma doce bebida, saudável e muito saborosa, que é a limonada.”

O primeiro impacto do Decreto do Governo nesta Casa de Leis, aqui mesmo, quando veio o Decreto da criação da APA, Área de Proteção Ambiental, eu fui defender o Governador Blairo Maggi e fui vaiado porque, na época, teve uma exploração política; era ano de eleição e houve a exploração política, mas, também, fizeram um processo, a meu ver, talvez errado. Criaram um Decreto nos proibindo de na área que foi delimitada para a APA, Área de Proteção Ambiental, não poder fazer nada, mas não foi nos dito para qual seria os benefícios que o município teria; não nos foi dito que por meio do Adair, grande companheiro, que tem ajudado muito na nossa administração, ajudando arrumar a parte de documentação da prefeitura, correndo atrás, foi buscar a Lei que nós vamos cobrar.

Tenho certeza, como patrono, como padrinho, como cidadão alto-paraguaiense que Vossas Excelências Deputado José Domingos Fraga, Deputado Erival Capistrano, haverão de reivindicar por nós. Nós vamos requerer os nossos direitos da Lei nº 73, de 07 de dezembro de 2000, do autor Gilney Viana, que dispõe sobre os critérios de distribuição da parcela de receita do ICMS pertencente aos municípios, de que tratam os incisos I e II do parágrafo único, do Art. 157 da Constituição Estadual e dá outras providências.

Quer dizer, área de proteção ambiental tem por direito 2% somado ao ICMS. Área indígena, 5%. Não é Deputado? E Área de Proteção Ambiental 2%.

Fica mais fácil, com esta Audiência Pública, discutir e fazer com que seja o intermediador junto à Secretaria de Fazenda para que seja, no próximo ano, anexada à nossa receita esses dois por cento que temos direito. Não sei se é no primeiro ano, segundo, terceiro, mas que haja logo, já comece a fazer esse trabalho para incorporar essa nova receita, esse novo percentual no nosso ICMS.

Também ouvir do nosso querido Luiz Henrique, que foi tão malhado na outra reunião, hoje... Viu, Luiz Henrique, da outra vez bateram, hoje nós vamos passar a palmadinha, vamos corrigir um pouco. Cuidado com essa palmadinha!

Então, quero aqui deixar a minha satisfação, o meu agradecimento a todas as autoridades que compareceram; aos Deputados; à imprensa; ao meu amigo Triveleto, futuro Prefeito de Diamantino. Parabéns, rapaz! Mas é preciso muita sorte. Candidatura é como jogo, a gente tem que jogar bem, mas tem que ter sorte também, tem que pedir a Deus proteção divina.

Quero desejar a todos uma boa reunião, uma boa audiência e que saibamos explorar os nossos direitos; o direito que o município tem. Não vamos querer nada mais além dos nossos direitos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Podem ter certeza que os dias ruins de Alto Paraguai passaram! Quando se puxa no Censo do IBGE esta lá cinco mil novecentos e poucos habitantes. No novo Censo, Deputado, Alto Paraguai está com oito mil, cento e cinqüenta e um habitantes. Então, o que houve de emigrantes... O que tinha de acontecer a Alto Paraguai já passou. Nós estamos aumentando a nossa população, graças a quê? Aos nossos municípios que têm raízes, que gostam do nosso município, que mesmo trabalhando fora ainda moram em nosso município.

Eu vim para passar um ano em Alto Paraguai, em 1979, e estou aqui até hoje e vou morrer neste município. O pessoal gosta de Alto Paraguai e nós somos um povo receptivo, desculpem a modéstia. Nós somos receptivos e estamos de braços abertos para receber aqueles nossos companheiros, aqueles que vistam a camisa do nosso município.

Muito obrigado a todos. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito obrigado, Prefeito Bilu.

Quero registrar a presença do Pastor Geraldo, aquele pastor jovem, que foi pastor em Sorriso. Quando eu era Prefeito, com certeza, orou muitas vezes por mim para que eu pudesse, não só ter saúde, mas fazer uma administração profícua.

Muito obrigado, Pastor Geraldo.

Tenho certeza que Alto Paraguai ganhou muito com a sua estada em Alto Paraguai.

Dando continuidade a nossa reunião vamos passar a palavra agora para o nosso Presidente do Poder Legislativo de Alto Paraguaia, Vereador Xisto.

O SR. XISTO CARDOSO DA SILVA - Quero aqui agradecer o povo de Alto Paraguai, senhores e senhoras, todos os alunos que se fazem presentes aqui, povo de Diamantino, Vereadores de Diamantino, Presidente da Câmara de Diamantino, o povo da EMPAER.

Quero agradecer a TV Assembléia com a sua equipe que aqui está presente, funcionários da Assembléia Legislativa, que acompanham.

Agradeço aqui o Secretariado do Governo Luiz Henrique Daldegan e demais companheiros aqui, o Deputado, o Prefeito Umbelino e Vereadores que se fazem presentes.

Quero agradecer o companheiro Deputado José Domingos Fraga, o Deputado Erival Capistrano, de Diamantino, que é um lutador pela nossa região aqui, e demais companheiros.

Quero, Deputado José Domingos Fraga, como Vossa Excelência fez esta Audiência Pública, na presença do povo de Alto Paraguai e região, que é uma região muito carente, o garimpo fracassou, que está tudo certo com o Governo Blairo Maggi.

Então, é muito importante que queiramos fazer o crédito fundiário. Não conseguimos fazer com os Vereadores aqui de Alto Paraguai, não conseguimos fazer esse crédito fundiário. Temos muita terra boa na nossa cidade, mas não podemos nem gradear porque vamos ser sempre barrados. Então, quero que a Assembléia Legislativa tome providências sobre essa APA.

Como o Deputado José Domingos Fraga é um lutador da nossa região aqui - junto com o Deputado Erival Capistrano – parece que é o Deputado que mais esteve aqui em Alto Paraguai, em nossa região. Parece que umas dez vezes, com o Deputado Erival Capistrano, que estivemos esses dias na Assembléia Legislativa, é um companheiro que está lutando pelo nosso município, não só Alto Paraguai, mas Diamantino.

Temos um tratoamento que vem desde Campo Verde até Alto Paraguai, que está chegando em dois córregos.

Estivemos na Assembléia Legislativa, no gabinete do Deputado José Domingos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Fraga, com o Deputado Erival Capistrano, junto com a Liderança de Capão Verde, o Vereador Eurides, o Adair Alves Moreira.

Como o Deputado falou: “Vamos peitar o homem sem audiência, Deputado Erival Capistrano?” E o Deputado Erival Capistrano disse: “Vamos embora”. Saímos naquela caravana a pé da Assembléia Legislativa até a SINFRA e foi resolvido. O chefe lá falou assim: “Na semana que vem vou mandar uma equipe para fazer o levantamento”. Na quinta-feira já chegou o maquinário.

Então, agradecemos muito esse esforço, porque o nosso município está precisando. Mas não é só isso. O Deputado tem trabalho e está fazendo mais projetos em nosso município.

O que nós queremos é que o nosso município se desenvolva. Hoje, como não tem o garimpo, o pessoal está indo embora por causa de emprego.

Temos que tomar uma decisão, porque somos nós que temos que correr atrás. Se nós não formos atrás, ninguém verá a necessidade que estamos passando. Sempre nós temos que correr atrás, o Vereador, o Prefeito, as Lideranças, a Associação, o Sindicato, as Cooperativas. Somos nós que temos que ir atrás.

Então, é isso que nós queremos, o bem, o melhor para o nosso município, para que o nosso município se desenvolva, porque hoje nós temos o trabalho de assentamento, de reforma agrária e queremos desenvolver mais.

Queremos fazer o crédito fundiário ao redor dessa cidade, o plantio hortifrutigranjeiro. Queremos essa ajuda da Assembléia Legislativa, do Governo, da Prefeitura, da Câmara dos Vereadores, junto com todas as comunidades de Alto Paraguai para irmos em frente, acabarmos com as necessidades que o município está passando.

No mais, muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Agora, vamos dar início às nossas palestras.

Antes, gostaria de passar um recadinho para vocês: caso haja interesse de alguém da platéia em interpelar os palestrantes que serão: Luiz Henrique Daldegan, Alexandre Furlan e a Dr^a Antônia Samir, poderão fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial, que está lá na frente, estritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O interpelado, que é um dos palestrantes, terá três minutos para as suas respostas.

Então, neste momento, convidamos o primeiro palestrante, o ilustre convidado Luiz Henrique Chaves Daldegan, Secretário de Estado de Meio Ambiente, que disporá de quarenta minutos para as suas explanações, proferindo a palestra falando sobre as vantagens que a APA possibilita ao desenvolvimento dos municípios envolvidos nesta APA.

Com a palavra o eminente Secretário Luiz Henrique Chaves Daldegan.

O SR. LUIZ HENRIQUE CHAVES DALDEGAN – Exm^o Sr. Deputado José Domingos Fraga, em nome do qual cumprimento a todos na mesa; Antônia, por uma questão de gênero; senhoras e senhores.

Quero, mais uma vez, agradecer, Deputado José Domingos Fraga, a oportunidade.

Como bem disse o Prefeito Bilu, não é a primeira vez que estamos aqui. O senhor pode ter certeza, Prefeito, em momento nenhum vim a Alto Paraguai e senti que levei pancada ou alguma coisa nesse sentido, até porque nós estamos aqui com a maior tranquilidade, com a maior transparência, que é um dos pilares da administração do Governador Blairo Maggi, e, acima de tudo, confiante no trabalho que estamos fazendo, em conjunto com as outras Secretarias, com o Furlan, com o Vettorato, com o Neurilan, enfim, todas as Secretarias que aqui estiveram.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Lembro-me muito bem que aqui nesta mesma Câmara tivemos aquela reunião, o Dr. ELDER que está aqui do meu lado, que é Coordenador de Unidade de Conservação da Secretaria, trouxe mais informações naquele momento. O que ficou bem claro é que estava faltando o entendimento do que é essa Área de Proteção Ambiental.

Só a título de informação, Prefeito, senhoras e senhores, que só este ano de janeiro a outubro, o Município de Alto Paraguai recebeu pelo ICMS Ecológico... (NESTE MOMENTO, HOUVE PANE NO SISTEMA DE SOM – PAUSA)

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDEGAN – Nessa APA que envolve somente dois municípios que eu vi aí num jornal e gostaria que o pessoal da imprensa corrigisse isso aí, somente áreas de dois municípios são abrangidos, que são Diamantino e Alto Paraguai. Alto Paraguai recebeu cento e quarenta e sete mil, trezentos e dezessete reais e sessenta e três centavos pelo ICMS Ecológico durante este ano, até outubro.

Então, não quer dizer que é um grande dinheiro, mas entra na categoria de municípios que têm a unidade de conservação e esse dinheiro não era, antes de ter a APA, não vinha para o Município. São dados oficiais. E Diamantino, por ter uma área menor, recebeu trinta e oito mil e setenta e nove reais. Certo? E, acima de tudo, e aí eu vou deixar que a colega Antônia, que tem uma experiência muito grande nisso, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em conjunto com outras Secretarias, por meio do MT Regional, vem apoiando a sociedade de Alto Paraguai. Por exemplo: na questão do garimpo, nós tivemos reuniões lá no DNPM umas duas vezes, lá na minha sala e sempre colocamos o seguinte: olha, tem que se legalizar. E quais são os passos para isso? Espero que tenha encaminhado toda essa situação porque foi um esforço muito grande, teve uma comitiva dos senhores que esteve lá e tal, mas eu espero realmente que não tenha ficado somente lá naquele compromisso que os senhores tiveram de fazer a regularização da cooperativa para que possa fazer o licenciamento e ter suas atividades normais na questão do garimpo aqui. Bem como a questão da minhocultura, que é também uma solicitação que houve aqui pelo pessoal de Alto Paraguai. Nós estivemos visitando a fazenda da família do Prefeito Chiquinho, onde tem esse trabalho, enfim, nós do Governo do Estado estamos fazendo a nossa parte.

Então, nós temos que, na verdade, acabar de vez com esse questionamento de que área de preservação ambiental não traz benefício. Pelo contrário. A Dr^a Antônia vai falar, realmente, o que isso vem agregar em relação a projetos, a possibilidades de verba e somente nesse recurso que eu falei para vocês. Eu não sei, Bilu, qual é o repasse mensal em relação ao ano passado, mas talvez tenha tido mais um repasse, só por ter a APA, mais um repasse mensal no contexto do ano. Não sei se é mais de cento e cinquenta mil, não sei como é o repasse aqui.

Mas não é somente isso que a APA traz. Pelo contrário. Esse dinheiro, inclusive, tem que ser investido em atividades na própria APA. E isso a fiscalização que nós da Secretaria do Meio Ambiente junto com a Secretaria de Fazenda vamos fazer. Porque esse dinheiro vem, por meio de ICMS ecológico, é uma lei do Deputado Gilney Viana, que inclusive foi secretário lá onde a Antônia trabalha, lá no Ministério, então temos que cobrar isso, vamos cobrar numa fiscalização da SEMA e da Secretaria de Fazenda em todos os municípios que recebem esse ICMS ecológico ou de Unidade de Conservação, de APA ou de Terra Indígena, porque tem que investir esse dinheiro em benefício dessa área de conservação. Isso é um ponto que nós vamos fazer junto com a SEFAZ e já temos a determinação do Governador para fazer esse trabalho.

Fora isso, também, nós estamos dentro do que foi acordado, já colocamos em nosso orçamento o plano de manejo dessa APA e na segunda-feira o pessoal está saindo de Cuiabá para vir fazer um levantamento para recuperação de áreas degradadas, aqui os técnicos da SEMA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

virão aqui para fazer esse levantamento, fazer esse projeto para começarmos a fazer recuperação de áreas degradadas, principalmente, às beiras dos córregos aqui e dos rios, das cabeceiras dessa área de proteção ambiental, que é Área de Proteção Ambiental cabeceira do Rio Paraguai. Isso tem uma importância muito grande. Tenho certeza que nós temos que divulgar mais essa área de proteção porque há um interesse muito grande em relação ao Pantanal. E o Pantanal nasce aqui, uma das cabeceiras do Pantanal é aqui. Então, nós temos que fazer esse trabalho de divulgação para que possamos implementar cada vez mais projeto e programas para que a sociedade tenha essa recuperação - eu diria até do estímulo da cidadania que infelizmente Alto Paraguai nesses anos para sofreu muito por isso.

Eu conheço Alto Paraguai desde 1984. Trabalhei em Arenópolis na Escola Agrícola na época do finado Prefeito Duílio, e andei muito essa região aqui. Conheço isso aqui. E não estou falando somente da boca para fora. E o meu avô foi garimpeiro na região de Guiratinga, de Barra do Garças. A herança da minha família advém do garimpo. Então, eu tenho uma intimidade muito grande em relação a isso. Sou extremamente suscetível e sensibilizado com essa questão do garimpo.

Eu não trato o garimpeiro como bandido. Negativo. Eu quero que tenha a legalidade, que tenha a profissão e o seu trabalho cada vez mais vivificado e cada vez mais sendo apoiado pelos órgãos de Governo. E que tenha a sua sustentabilidade. Quer dizer, ninguém gosta de ficar recebendo migalhas de Governo. Ninguém gosta disso. Cada um quer ter a sua dignidade própria, de trabalhar numa atividade com seu esforço, com a sua família e dar-lhes alimentação. É isso que eu tenho certeza que estamos fomentando aqui no Município de Alto Paraguai para que tenha a legalização, para que tenha um fomento, para que haja a capacitação técnica, para que possamos ter a sustentabilidade dentro de uma área extremamente sensível e importante não só para Alto Paraguai, mas também para o Brasil e para o mundo, porque tem muito a ver com a questão do Pantanal.

Então, caro Deputado José Domingos Fraga, eu acho que é mais uma etapa na construção dessa sustentabilidade da economia, da questão social e da questão ambiental aqui de Alto Paraguai. Vossa Excelência está de parabéns de estar fomentando isso. E não poderia ser diferente por ser filho da terra, principalmente, e conhecer essa realidade realmente. E os senhores podem ter certeza de que lá na Secretaria de Meio Ambiente, como em outra Secretaria, no Governo do Estado de Mato Grosso, os senhores sempre vão ter como parceiro, mas um parceiro não para dar o peixe, mas, sim, aprender a pescar, aprender a ter, cada vez mais, uma atividade econômica valorizada e sustentável.

E por falar em peixe, esse trabalho que está sendo feito... Vi uma reportagem do Deputado Sérgio Ricardo e achei extremamente interessante o trabalho que está sendo feito e acho que tem viabilidade, sim - agora, falando um pouco até como técnico, porque sou Engenheiro Agrônomo, mas tenho cursos na área de piscicultura -, para proporcionar não somente a criação, vereador, mas, também, o desenvolvimento da cadeia produtiva da piscicultura, o aproveitamento da escama, enfim, todo esse trabalho que acho extremamente importante.

Existia certa dúvida em relação à qualidade da água, mas o pessoal do MT Regional, o Neurilan já me mostrou as análises que foram feitas e elas são positivas. A qualidade da água é boa para a criação. Tenho certeza que é mais uma atividade que pode ser, inclusive, fomentada por meio do Ministério do Meio Ambiente, dos programas que a Antônia falará, principalmente dentro do Governo onde temos ações que podem ser utilizadas com o pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Cultural, da MT Fomento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Enfim, podem ter certeza que quando o Governo do Estado criou essa Área de Proteção Ambiental, quando os técnicos da SEMA decidiram pela criação dessa Área de Proteção Ambiental, estávamos pensando na sustentabilidade social, econômica e ambiental dos senhores e de suas famílias.

Não adianta iludindo aos senhores dizendo: Vamos fazer uma atividade aqui e acolá, porque se não for dentro da legalidade, se não tiver capacitação técnica, se não tiver fomento, não terá sustentabilidade e, mais uma vez, vamos chegar ao nada.

Então, é por isso que o Estado de Mato Grosso, que o Governo do Estado está presente para que tenham a continuidade e possam tocar com dignidade suas vidas, porque merecem.

Muito obrigado à Assembléia Legislativa, ao Prefeito!

Deixarei, inclusive, para debater posteriormente, depois das falas dos colegas.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário Luiz Henrique Daldegan.

Quero informar aos nossos convidados que mudamos de idéia.

Vamos ouvir os palestrantes e ao final faremos o debate.

Todos que quiserem fazer perguntas procurem o Cerimonial.

Quero até cobrar das lideranças empresariais, políticas, de Alto Paraguai e da região, que aproveitem e tirem todas as dúvidas com relação à APA, principalmente com o Secretário do Meio Ambiente, Luiz Henrique Daldegan, que acabou de falar aqui que a APA foi criada com o objetivo de inserção social, econômica e ambiental. Três palavras muito importante para vocês.

Então, aproveitem, baseados nesse trinômio, para fazer seus questionamentos. Tenho certeza que o Secretário Luiz Henrique não deixará ninguém sem resposta.

Quero parabenizar o Secretário não só pela sua estada aqui, em Alto Paraguai, mas por atender a um pedido nosso. Fizemos uma indicação ao Secretário para estender esse Programa da Secretaria do Meio Ambiente de recuperação de áreas degradadas, que já se iniciou em Nova Marilândia, para os Municípios de Arenópolis, Alto Paraguai, Nortelândia e Peixoto de Azevedo, da região do extremo Norte do Mato Grosso, que vivem o mesmo neste momento, com um problema ambiental sério, de passivo ambiental sério, de falta de oportunidade, de trabalho, renda, e tantos outros advindos justamente da atividade artesanal garimpeira do passado.

Dando início a nossa Audiência Pública...

Mas isso não impede de estarem formulando perguntas ao Secretário Luiz Henrique Daldegan.

Vamos passar a palavra, agora, ao eminente Sr. Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia, Alexandre Furlan.

Tenho certeza que Vossa Excelência, da mesma forma que trouxe boas novas para o Município de Diamantino, trará boas novas para o Município de Alto Paraguai.

Antes de mais nada, quero registrar a presença do ex-Prefeito de Alto Paraguai, Eduardo Gomes; do ex-Prefeito de Diamantino, Darci Capistrano, irmão do nosso Deputado; a presença do Maurão e da Tânia, nossos companheiros de luta.

Com a palavra, o Sr. Secretário Alexandre Furlan.

O SR. ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN – Muito obrigado, Deputado José Domingos Fraga!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Antes de começar os cumprimentos de praxe, quero dizer que tem um monte de gente lá atrás em pé e, pelo menos, sete cadeiras aqui, na frente, estão vazias.

Então, se os senhores quiserem se sentar aqui, por favor.

Quero começar os cumprimentos pelo Miltoninho, pela Antônia, Xisto, Deputado José Domingos Fraga, Prefeito Bilú, Deputado Erival Capistrano, Secretário Luiz Henrique, Dr. Helder e a todos que já foram nominados.

Em primeiro lugar, quero dizer para que não estou aqui para trazer soluções, mas principalmente para induzi-los a reflexões.

O Secretário Luiz Henrique falou somente quinze minutos. Então, sinto-me no direito de falar uma hora e dez, que é a meia hora emprestada dele e mais os quarenta... (RISOS).

Eu não vou fazer isso com vocês!

Eu já estou feliz sabe por que, Deputado José Domingos Fraga e Prefeito Bilú? Porque me propiciaram o meu emagrecimento antes de eu começar a falar. (RISOS)

Eu tinha mais de trinta transparências para passar para vocês, mas não vou fazer isso. Alguns quadros que acho importante mostrar aos senhores eu vou mostrar, mas quero primeiro dizer o seguinte: Temos ido muito ao interior para falar sobre essas questões de desenvolvimento, de possibilidades. Muitas vezes, recebo prefeitos, vereadores, pessoas no gabinete, em Cuiabá, que dizem o seguinte: “Ah, Secretário, quando é que o senhor vai levar uma indústria lá para o meu município?” Secretário não leva indústria para município! Os municípios é que criam condições para que as indústrias ali se instalem com o apoio do Secretário e do Governo. A sociedade mobilizada e articulada cria condições para desenvolvimento. Oitenta por cento dos recursos tributários brasileiros estão nas mãos da União. A União tem que trabalhar fortemente as questões de Estado: segurança, educação e saúde. O desenvolvimento econômico de parceria público-privada é papel de empreendedores e de sociedades com o Governo.

Então, essa história de que: “Ah, o Secretário conseguiu levar a Sadia para Lucas do Rio Verde e não consegue trazer um frigorífico para Alto Paraguai.”. Não é assim que funciona. Uma indústria como Bertin, que está indo para Diamantino... Por que vai para Diamantino e não vem para Alto Paraguai? Porque ele precisa de escola, de hospitais, de uma infra-estrutura urbana que, talvez, a cidade não tenha. Mas não tenho a menor dúvida de que um projeto integrador como o Bertin, em Diamantino, trará reflexos extremamente positivos para Alto Paraguai. E não só esse projeto como outros.

Eu vou passar rapidamente as coisas e, na medida do possível, quando vierem as idéias malucas na minha cabeça, pararei a apresentação e conversarei com vocês sobre as coisas.

Olhem o título, para ver como é difícil fazer palestra, que o Deputado José Domingos Fraga pede para eu falar: “Redirecionamento de investimentos públicos e privados para desenvolvimento sustentável da região da Área de Proteção Ambiental de Alto Paraguai”.

O pessoal da escola que está aqui me ouvindo, que diz que vai ganhar nota do professor, não entendeu nem o título.

Quero dar uma pincelada naquilo que é papel de Governo, naquilo que temos para mostrar aos senhores e naquilo que o Estado tem que trabalhar para ajudar o Município de Alto Paraguai.

Está bem!

Primeiro, o Estado formulou um Programa, chamado MT+20, que visa pensar Mato Grosso daqui a vinte anos, de que forma Mato Grosso estará daqui a vinte anos e o que nós temos que atacar para desenvolver Mato Grosso por inteiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

E, aqui, Alto Paraguai se insere na região Centro-Oeste que se compõe dos Municípios de Diamantino, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenópolis, Nova Marilândia, São José do Rio Claro e Nova Maringá e mais a inclusão de Santo Afonso. Isso para efeito de trabalhar políticas públicas para o Estado para os próximos vinte anos.

Essa questão que nos colocaram: investimento público versus investimento privado, é aquilo que eu dizia. Investimento público, o País não tem dinheiro para ficar colocando todo dinheiro público em política de largo alcance social e também não tem dinheiro para colocar infra-estrutura na medida do que precisaria. Se tivesse dinheiro para colocar infra-estrutura, o Brasil não estava com os portos do jeito que estão, não estava com as estradas do jeito que estão, não estava sem ferrovia, não estava sem explorar hidrovias e por aí afora. Então, o que é importante saber disso daí? Que hoje existe uma linha muito pequenininha diferenciando aquilo que é investimento público e investimento privado. O que se precisa é, justamente, saber qual é o tamanho do Estado. Qual é o tamanho do Estado que nós queremos? E aí, sim, entender que o Estado tem que melhorar em muito a educação, a saúde e a segurança e regular, através de instrumentos de concessão, de permissão ou de autorização para que os particulares assumam a parte que é dos particulares no desenvolvimento. E aí não vamos nem entrar na seara de discussão de privatização, de estatização, porque aí a conversa vai muito longe.

Qual foi a opção do Governo Lula, atualmente? Foi focar Saúde, Segurança e Educação Básica como metas de governo, investindo dinheiro nisso e regulamentar ou instrumentalizar a concessão, permissão e autorização de serviços que poderiam ser públicos ou privados nas mãos da iniciativa privada. Para isso foi feito o PAC, que é o Programa de Aceleração de Crescimento, e foi introduzida na legislação a estrutura das PPPs, que são as Parcerias Público-privadas, que ainda têm dificuldades de implementação por força de falta de recursos, mas que são exemplo daquilo que foi feito com estradas aqui em Mato Grosso, parceria entre agricultores e o Governo, em que cada um colocou uma parte do dinheiro e se faz as estradas.

O Governo Lula também tentou propiciar a redução das desigualdades sociais, para declínio do número de famílias abaixo da linha de pobreza. E tirou milhões e milhões de pessoas da linha de pobreza com o bolsa família, cujos fatores que podem ser percebidos como relevantes são: baixos índices de inflação que o País vivenciava, permitindo uma maior proteção no valor do salário; o incremento real do salário mínimo; um barateamento relativo da cesta básica - hoje, compra-se mais barato no supermercado do que se comprava há alguns anos produtos de consumo popular -; diminuição da diferença salarial entre as regiões metropolitanas e, às vezes, entre municípios do interior. Por exemplo, hoje tem determinados municípios do interior de Mato Grosso que remuneram melhor um profissional do que Cuiabá. Então, essas questões estão acontecendo, porque alguns municípios estão se desenvolvendo bem.

Uma coisa importante que eu coloco: sociedade civil. Eu disse, no começo, uma coisa que eu sinto muito nas minhas andanças por aí, nessa experiência de Secretário - eu vim da iniciativa privada -, é que falta muita capacidade de articulação e de mobilização da sociedade. O Prefeito Bilu, por exemplo, no começo de sua fala disse assim: “É comum encontrar políticos que, num primeiro momento, vêm aos municípios, pedem votos e, depois, desaparecem”. Esse é o famoso Deputado de Copa do Mundo, ou seja, só de 4 em 4 anos. E aí ele deu outro exemplo dos Deputados que estão aqui hoje que se preocupam com a região. Só que, por favor, sociedade de Alto Paraguai, não queira atribuir a responsabilidade única do desenvolvimento da cidade de vocês aos nobres Deputados que estão aqui, ao Governo de Mato Grosso e ao Governo Federal. Atribua também a responsabilidade pelo desenvolvimento do município a vocês mesmos, vocês que são a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

sociedade organizada, os que pensam e que querem que seus filhos morem aqui e que tenham alternativa de economia futura.

Então, quando nós falamos de sociedade civil, de conceito de sociedade civil, de condição de sociedade, nós estamos falando de movimentos sociais; de representação de categorias de profissionais; de sindicatos de trabalhadores; de sindicatos de empregadores; de convicções religiosas - eu ouvi o Pastor aqui, nominado pelo Deputado José Domingos Fraga -; de empresas; de mídia; de partidos políticos; de ONGs; e, principalmente, de cidadãos eleitores, que são os senhores. Então, sociedade civil é muito mais do que, simplesmente: nós do lado de cá e o Governo do lado de lá. Foi-se o tempo que o Governo podia ser provedor de tudo. Não é e nunca vai ser.

O que temos como política do atual Governo de Mato Grosso para a inclusão social? Primeiro, assumir, de forma integral e definitiva, as questões de ensino, saúde e segurança, como eu já disse - isso, sim, é papel primordial de Governo -; estimular a criação de parcerias público-privadas, no sentido de que as indústrias sejam parceiras do Governo na discussão e na elaboração de planos que possam nos trazer desenvolvimento, melhorando a condição de vida da população; melhorar a infra-estrutura da economia; explorar mercados atraentes para determinados segmentos empresariais. Depois eu vou falar um pouco aqui de mineração para Alto Paraguai e de outras coisas que podem ser feitas na cidade.

E qual é o papel da nossa Secretaria? Nós temos uma definição na legislação de que o nosso objetivo na Secretaria é promover o desenvolvimento sustentável da economia de Mato Grosso, de forma a fortalecer a competitividade, diversificar a nossa economia, fazer com que nós estejamos participando não só dos mercados no Brasil, mas fora do Brasil. Mato Grosso, hoje, já é o décimo exportador do país, exporta mais de quatro bilhões de dólares por ano. Então, nós precisamos ver isso. Nós precisamos entender que não é só o grande que pode exportar. O pequenino também pode exportar. Na Itália, 40% ou 50% da exportação é feita por microempresários e pequenos empresário. No Brasil não chega a 5%. Nós precisamos dar uma força para isso. Precisamos ampliar a participação do pequeno e do microempresário. Então, nós precisamos fazer o quê na Secretaria? Atrair investidores, que venham aqui, que agreguem valor à nossa produção primária e que administrem, na verdade, seus empreendimentos aqui.

Vou fazer um parêntese aqui: Vocês acham, por acaso, que a Bertin viria para Diamantino, que a Sadia iria para Lucas do Rio Verde, que a Perdigão iria aqui para Nova Marilândia e lá para Nova Mutum se o Estado não desse incentivos fiscais? Não viriam nunca!

Por isso eu disse para o Deputado - às vezes, ficam debatendo a criação de uma CPI para incentivos fiscais - que, se você não der incentivos, as empresas não virão para cá. Elas vão ficar no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo, no Rio de Janeiro, onde o mercado consumidor é maior, onde a mão-de-obra qualificada se encontra com maior facilidade, onde tem logística de transporte, onde está perto do porto. Nós só podemos atrair investimento dando incentivos. E qual é o mecanismo que o Estado tem para dar incentivo? O ICMS. E qual é o mecanismo que o município tem para dar incentivo? O ISS e o IPTU. Então, desenvolvimento, hoje, é incentivo fiscal. Temos um programa de incentivo que é o PRODEIC, que é um programa de desenvolvimento. E isso que vocês vêem agora no *datashow* são definições do programa.

O que o Deputado José Domingos Fraga falou sobre passagem que é importante? Nós estabelecemos mecanismos para outorgar incentivos fiscais para empresas que levam em consideração: a localização geográfica; o IDH da cidade, ou seja, numa cidade com IDH mais baixo, nós damos um incentivo maior, para que a empresa tenha uma tendência de vir para essas localidades; geração de emprego e renda - quanto mais emprego gerar, nós damos mais incentivos -;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

e questões ambientais - quanto menor for o impacto ambiental, quanto maior for a tecnologia de mitigação de condições adversas ambientais, nós damos mais incentivo. Então, tem toda uma lógica para concessão de incentivos. Não é simplesmente chegar: “A empresa tal veio aqui...” “Me dá um incentivo, senão, não venho”. Não é assim que funciona!

A Lei de incentivos de Mato Grosso exige que a empresa dê participação nos lucros e resultados para os funcionários. Está na lei. que é obrigado a dar participação nos lucros; é obrigado a fazer treinamento de qualificação e requalificação de funcionários, senão perde o incentivo.

Então, nós temos todo um cuidado de fazer com que as empresas venham para cá; saibam por que estão vindo e saibam que têm responsabilidade com a população para o qual estarão oferecendo os empregos.

Esse é um outro incentivo que existe no Estado, que é o PRODEI, que é só postergação de ICMS.

Existia no Governo anterior, Governo Dante de Oliveira, alguns programas setoriais.

No Governo Blairo Maggi, quando assumimos, não partimos daquela premissa que o que é bom no Governo anterior não podemos usar porque somos outro Governo. O que veio do Governo anterior, que é bom, nós deixamos porque achamos que valia muito mais a pena investirmos num programa já formatado e consolidado do que ficarmos jogando dinheiro fora com consultorias e outras coisas para fomentar novos programas com o mesmo objetivo. Porque, às vezes, as pessoas mudam o nome do programa e não mudam o programa só porque é um novo Governo. Nós não fizemos isso. Permanecemos com o Programa de Incentivo às Indústrias de Arroz, ao Pró-Mineração.

Que bom se tivesse tudo aquilo de diamante, ainda fácil, em Alto Paraguai, que está nas mãos daquela pessoa lá.

Pode passar.

Os Programas do Pró-Leite. Os Programas da Indústria do Algodão.

Pode passar.

Esses programas todos o que visam? Quanto mais valor você agrega ao produto, tipo na cadeia do leite... Se você faz leite em saquinho, você tem um percentual de redução de ICMS; se você já faz leite longa vida, se você já faz leite em pó, se você faz outros produtos, você vai aumentado a redução percentual de redução de ICMS pago. A mesma coisa na indústria da madeira. Quem só corta tora, tem o incentivo pequenininho; quem já faz compensado, tem um incentivo maior; quem já faz porta e janela, tem incentivo maior ainda. Então, qual é o objetivo? Quanto mais incentivo eu dou, para quanto mais a indústria agrega valores, quando mais ela verticaliza a sua produção.

Uma coisa que eu quero mostrar para vocês agora são números reais, esses números que eu vou passar para os senhores.

De 2004 a 2007 nós enquadrámos na Secretaria de Indústria e Comércio cento e vinte duas indústrias que chegaram a Mato Grosso ou que ampliaram a sua participação no Estado, que investiram oitocentos e setenta e oito milhões de reais e geraram nove mil setecentos e quarenta e quatro empregos diretos e mais vinte e oito mil e quinhentos indiretos. Isso já aconteceu. Isso já é valor investido, consolidado, indústrias funcionando.

Pode passar.

Em construção. Nós temos setenta e duas indústrias em construção hoje em Mato

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Grosso que estão investindo três bilhões e meio de reais, dentre elas está: a Sadia, a Perdigão, a própria Bertin, que já vai começar, e dezenas de outras que vão gerar trinta e seis mil empregos diretos e mais de sessenta mil indiretos.

Aí eu tenho lá na Secretaria trezentos e cinquenta e oito cartas-consultas. O que significa cartas-consultas? São empreendedores que vêm para o Mato Grosso e fazem uma carta para a Secretaria e dizem: “olha, eu quero montar aí uma indústria...”

Ontem, eu recebi uns chineses: “Nós queremos, talvez, montar uma indústria aqui que faz equipamentos de oncologia, tomografia, ressonância magnética para hospitais e coisa...” Eu não sei se eles vêm ou não vêm, mas eles protocolaram essa carta.

Então, eu tenho trezentos e cinquenta e oito cartas protocoladas, um bilhão, por exemplo, é indústria de etanol; um bilhão são indústrias de biodiesel, que montam essas trezentas e cinquenta e oito empresas, oito bilhões e trezentos gerariam setenta e sete mil empregos.

Eu vou dizer para os senhores aqui: será que eu vou conseguir essas trezentos e cinquenta e oito empresas de oito bilhões? Claro que não. Por quê? Porque o empresário hoje, com a tal guerra fiscal, vem aqui, protocola uma carta-consulta no Mato Grosso, uma em Goiás, uma em Mato Grosso do Sul, uma na Bahia, porque o empresário vai naquela onde lhe dá mais viabilidade econômica.

Então, eu não acredito em tudo aquilo. Mas se daqueles oito bilhões recebermos mais cinco bilhões de investimentos, e isso é plenamente possível, nós vamos ter conseguido, no horizonte de 2003 a 2010, de sete a oito anos do Governo Blairo Maggi, pelo menos sete bilhões de investimentos para o Estado com mais de cem mil empregos gerados. E o que é que isso vai precisar? Vai precisar qualificar pessoas.

Porque não adianta nada eu trazer uma empresa, eu estava conversando com o Miltinho aqui, Prefeito Bilu, Deputado José Domingos Fraga, Deputado Erival Capistrano, que gere três mil empregos em Diamantino se eu não tiver três mil empregos lá e na região para atender essa indústria. Eles buscarão a mão-de-obra lá fora.

Então, isso é uma preocupação que nós temos que ter. Não simplesmente gerar os empregos, mas estarmos preparados para absolver a necessidade que essas empresas vão buscar da gente. E isso não é só papel de Governo, esse é um papel de buscar parceria com o SENAI, com o SENAR, com o SENAC, que têm estruturas interessantes para fazer isso.

O SENAI está montando, por exemplo, em Lucas do Rio Verde, uma escola para treinar as pessoas para trabalhar em linha de produção com aves e suínos. Por que é que não se pode fazer eventualmente em Diamantino e em Alto Paraguai alguma estrutura dessas que venha formar mão-de-obra para um frigorífico desse aqui? Pode. Mas isso depende do Secretário Alexandre Furlan sair correndo atrás do SENAI? Não. Depende também de nós todos estarmos juntos atrás desses recursos.

Tem o CEPROTEC, aqui, em Diamantino, que pode fazer parcerias para trazer cursos para cá.

Esses aí são dados dos Programas Setoriais.

Pode passar, por favor.

Região do Alto Paraguai. Não é Alto Paraguai, região do Alto Paraguai.

Tem o projeto da *Karol Foods* em Diamantino, que recebeu dois milhões e duzentos mil reais de ICMS incentivado, mas investiu onze milhões no projeto. Eu sei de muitas pessoas, aqui, de Alto Paraguai que trabalham no projeto da *Karol Foods*.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

“Ah, não é a solução para Alto Paraguai”? Não. Mas é a solução para algumas famílias aqui de Alto Paraguai que conseguiram estar colocadas lá. E não vamos entrar no mérito de discutir se são bons empregos, remuneram o suficiente ou não remuneram ou precisam melhorar. Essa é uma outra questão.

A questão é que existe uma empresa beneficiada do PRODEIC que gera empregos na região.

Em Nova Maringá, também, incentivamos uma empresa que está fazendo ração para os frangos.

No PRODEIC, também, Nova Marilândia tem uma empresa; Santo Afonso tem duas. E agora cartas-consulta aprovadas, Diamantino tem três, que são os três empreendimentos do Bertin, que devem gerar nove mil empregos diretos quando finalizado todo o projeto, que é um curtume, uma fábrica de biodiesel de sebo e mais um frigorífico; e em Nova Marilândia agora o abatedouro de frangos, de matrizes que hoje são levadas para fora para abater.

Bom, isso só os objetivos desse MT + 20, desse programa que é do Governo.

Qual é o objetivo maior desse programa? É você tentar desenhar qual é o melhor cenário para Mato Grosso daqui a vinte anos. O que nós queremos no nosso Estado? Quais são os pontos favoráveis que nós temos no cenário mundial e no cenário local para tentar atingir esses objetivos?

Então, para isso temos que ter metas; temos que desdobrar essas metas; temos que quantificar essas metas e temos que buscar atingi-las.

Pode passar.

Se eu for discorrer cada um desses quatorze itens, vou demorar muito tempo.

Poder passar, por favor.

O que temos feito também para contribuir com esse programa do MT Mais 20? Temos procurado adensar as cadeias produtivas, instalando parques industriais na cadeia do agronegócio, implantando frigoríficos, implantando indústrias que beneficiem subprodutos da agropecuária, instalação de laticínios e também trabalhando.

Tem um grande laticínio se instalando em Nova Canaã, um dos maiores do Brasil, vai fazer inclusive leite em pó, Longa Vida - sem soda cáustica, Deputado, de preferência.

Estamos trabalhando na implantação de usina de álcool e açúcar.

O pessoal disse há algum tempo atrás. “Ah, o Governador Blairo Maggi não gosta de usina de álcool, porque o negócio do Governador Blairo Maggi é o agronegócio, da agricultura.” Isso é uma grande inverdade.

O que está acontecendo hoje é que dos mais de 200 projetos de álcool no Brasil mais de 50% estão parados. Mas estão parados por quê? O álcool hoje depende muito fortemente do potencial de exportação.

Só para vocês terem uma idéia, Mato Grosso com as dez usinas que tem aqui produz 830 milhões de litros de álcool por ano e só consome 160. O resto vai para ser vendido em São Paulo. Então, não adianta botar mais 20 indústrias aqui, porque estamos longe dos portos e não tivermos o alcoolduto - e a TRANSPETRO disse que só vai ter um alcoolduto no Mato Grosso quando produzirmos dois bilhões de litro. Se nós não tivermos a certeza de que o Japão vai aumentar a mistura, de que a China vai comprar, de que a Índia vai comprar, mas nós temos o potencial grande. E nós não precisamos derrubar mais uma árvore em Mato Grosso para instalar indústria de álcool. Tem mais de 4 milhões de hectares de pastagens degradadas no Estado de Mato Grosso que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

podem ser utilizadas para isso, como podem ser utilizadas para isso, como podem ser utilizada para plantar pinhão manso, para fazer o que quiser com o biodiesel.

Eu vinha caminhando com a Antônia, falando que o Mato Grosso hoje, não precisaria derrubar mais nenhuma área. E o mote do Governador Blairo Maggi, o Secretário Luiz Henrique Daldegan deve ir com ele a Indonésia na Conferência Mundial do Meio Ambiente no próximo mês, o Governador está batendo numa tecla certa que é dizer o seguinte. “Na Amazônia Legal, numa área de mil hectares, poderemos derrubar 200 para plantar, 20%, e deixar 80% em pé. Eu deixo 100% em pé, mas vocês me paguem pelos 20% que eu poderia derrubar e não derrubo.

O mundo tem que pagar, se ele quer ter a Amazônia em pé. Eles já derrubaram tudo nos países deles.

Vocês vão ao Rio Sena em Paris e vejam se tem alguma árvore. Não. É tudo pedra. Vocês vão ver no Rio Reno, na Alemanha, vejam se tem mata ciliar na beira do Rio Reno ou do Rio Sena. Não tem nada. Então, não venham dizer aqui, botar no dedo do nosso nariz e dizer o que tem que fazer. Nós que temos que dizer o que temos que fazer.

Temos que ter, sim, a mentalidade preservacionista de forma sustentável.

O Secretário Luiz Henrique Daldegan falou aqui que ele não é contra o desenvolvimento. Ninguém é contra o desenvolvimento por existir aqui uma APA, mas temos que ter a consciência de que tipo de empreendimento e que tipo de desenvolvimento podemos realizar numa APA.

E eu acho que quando a isso a Antônia pode falar melhor do que eu, porque conhece mais do riscado.

Nós estamos reorganizando os arranjos produtivos locais em associações de cooperativas na área do leite. A partir do ano que vem na Secretaria de Indústria e Comércio já estamos tentando separar dinheiro, por exemplo, para viabilizar a compra de resfriadores de leite para os pequenos proprietários, para poder ter um leite resfriado que não estrague de um dia para outro se o laticínio não passar recolhendo.

Nós temos diversas coisas na avicultura, na piscicultura, como já foi dito aqui.

Então, o que precisa é de engajamento e de políticas públicas. Dinheiro para isso, guardadas as devidas proporções, vamos ter.

Uma coisa importante agora - e eu queria que vocês prestassem atenção nisso que eu vou dizer agora. Tem muito diamante, fosfato e ouro nos solos de Diamantino, Alto Paraguai e região. O verdinho é diamante, está em cima de Alto Paraguai, e o azulzinho é calcário, que também tem muito aqui. Só que não existe mais diamante aluvionar, que você pode ir lá, cavoucar meio metro, um metro, dois metros, três metros e pegar o negócio. Não existe! Isso está lá embaixo, no subsolo, e muito fundo.

Os investimentos que vão ser feitos aqui em Alto Paraguai no futuro - e eu espero que sejam feitos - são de milhões e milhões de dólares e vão propiciar o desenvolvimento aqui, mas um garimpo de alta tecnologia, mas vai ser gerador de emprego numa escala elevada também. Tem uma mina de ouro que está sendo explorada em Nova Lacerda, perto de Pontes e Lacerda, que está empregando novecentas pessoas. Já investiram lá cinqüenta milhões de dólares.

Então, vamos fazer no ano que vem um projeto que se chama... Nós já fizemos em Mato Grosso na região de Paranatinga, vindo para a esquerda, onde se descobriu muito fosfato. Naquele quadradinho que está em vermelho nós vamos investir cinco milhões de reais, a Secretaria de Indústria e Comércio; e o Serviço Geológico do Brasil, CPRM vai investir mais cinco milhões de reais e vamos mapear 120.000km² aqui da região.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

No levantamento aerogeofísico você voa de avião a 100 metros de altura, de 500 em 500 metros e você atinge, por equipamentos de última geração que estão no avião, são duas coisas - eu brincava com o Deputado José Domingos Fraga, é até difícil pronunciar -, um tipo de trabalho se chama gamaespectrometria e outro magnetometria. O que ele faz? Lá de cima ele tem uma ressonância das rochas, das ocorrências minerais até dezenove quilômetros de profundidade, dezenove mil metros de profundidade.

Com esse estudo na mão, para os senhores terem uma idéia, nós já fizemos cento e cinquenta e seis mil quilômetros quadrados de estudos em Mato Grosso só de área geofísico, e as indústrias e empresas mineradoras grandes requereram dois milhões de hectares só como nós apresentamos no estudo.

Então, eu não tenho dúvida de que o próximo passo da industrialização de Mato Grosso não vai ser a agroindústria, não vai mais se transformar em soja e milho, suínos e aves, não vai mais fazer confinamento de boi, vai ser a mineração, mas uma mineração diferente.

Uma mineração, Prefeito Bilú, que se tiver uma indústria grande de mineração aqui no Município, só de CEFEM-Contribuição Financeira por Exploração Mineral... Para os senhores terem uma idéia, em Aripuanã, onde a Votorantin vai começar a explorar uma mina de zinco, vai entrar por ano para o município um milhão e oitocentos mil reais só de CEFEM. Só de CEFEM! Então, nós temos coisas, sim, para ver no futuro.

Querem saber outra coisa que eu fiquei sabendo? Aqui na divisa de Nortelândia com Alto Paraguai tem a Companhia de Administração Morro Vermelho, da Camargo Correa. Aqui foi cubada uma jazida de cascalho que tem reserva de treze milhões de metros cúbicos, que está aí há dez anos parada.

Por que nós não nos mexemos aqui, eu, o Deputado, o Prefeito Bilú, vocês e não vamos atrás da Camargo Correa e dizer assim: "Vocês vão explorar esse negócio de cascalho? Não vão? Então, desocupa, disponibiliza para outro". Vamos conversar com a DNPM: "Se eles estão há dez anos parados, intima! Se não querem investir, vai ter gente que vai querer investir". Isso vai gerar emprego aqui na região.

Tem o negócio aqui agora dos assentados do MAB, do Movimento dos Assentados dos Atingidos por Barragem - parece-me que está aqui no município, no Pari, aí para cima. Furnas já disse que vai prover esse assentamento de escola e de alternativas. Por que não ensinar esse povo a produzir hortifrutigranjeiros? Por que Mato Grosso compra fruta e legumes do CEASA de São Paulo para levar a Alta Floresta? Será que nós não temos condições de plantar hortifrutigranjeiros no entorno das comunidades? Mas será que é só o Estado que tem que enxergar isso? Será que é só o Alexandre Furlan que tem que vir aqui para depois vocês dizerem: "Pô, Secretário chato, veio aqui puxar a nossa orelha, veio aqui dizer que nós é que temos que correr atrás, não é ele que tem que nos ajudar?" Não, nós vamos ajudar, mas dentro de uma possibilidade. O Secretário é um e tem cento e quarenta e um municípios no Estado. E todo mundo demanda do Secretário, dizendo: Secretário, a minha prioridade tem que ser prioridade um para o senhor. E quem tem muitas prioridades não tem nenhuma.

Sabe, Deputado, eu vou contar uma historinha que sempre conto aqui e já vou encerrar. Sei que já estou chateando vocês. Vou contar uma historinha que eu sempre conto, porque, às vezes, as pessoas dizem assim: não, eu tenho razão nesse meu negócio, eu tenho razão nesse outro negócio... E, olha como as pessoas, às vezes, interpretam as coisas de maneira diferente. E não me levem a mal porque isso é uma história, e se é uma história... Um dia eu contei isso lá em Nova Mutum, tinha um padre na platéia e ele veio reclamar da história. Eu falei: padre, é só uma história!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Então, é o seguinte: Numa cidade do interior morreram duas pessoas. Uma era o padre da cidade e o outro era um motorista de ônibus. Quando eles chegaram ao céu, foram se apresentar para São Pedro. Aí, atrás de São Pedro tinham duas portas. Numa porta tinha lá um anjinho velhinho, esquelético, caidinho, numa cadeira, sentado, e a outra cadeira vazia. E na porta estava escrito assim: entrevista de admissão. Já na outra porta, tinha uma festa maravilhosa, anjos e anjos, todos de branco, aquela lira tocando, talheres de prata, porcelana, música, todo mundo feliz. E os dois estavam chegando. O padre já olhou para aquela sala toda bonita e o outro já estava se contentando em entrar para a sala de admissão. E o padre já foi indo. São Pedro falou: Não, pare aí, aí não é a sua sala. O padre falou: O quê? O senhor está dizendo para mim, São Pedro, que a minha recepção é com aquele anjinho velhinho? Naquela cadeira sem nada, lá na sala de admissão? E ele aí? Eu conheço esse cara. E a dele é a festa? Esse cara, São Pedro, batia na mulher. Ele era motorista de ônibus, bebia em serviço. Ele andava embriagado, com o ônibus correndo! Eu lembro dele. Já eu, São Pedro, eu fui padre a minha vida inteira, dediquei a palavra do Senhor a fazer o bem para a minha comunidade, o bem para a minha sociedade, a passar pelo crivo de ser celibatário. Agora o senhor está me dizendo que eu venho aqui para o céu e que eu vou entrar ali e ele vai entrar nessa festa? Por que, São Pedro, que explicação o senhor pode me dar? Ele falou assim: É muito simples, eu vou lhe dar a explicação. É porque, enquanto nos seus sermões repetitivos, cansativos e chatos, de todos os domingos, os fiéis dormiam. Quando ele, bêbado, dirigia um ônibus cheio, em desabalada carreira, todo mundo lá dentro rezava. Então, ele trouxe muito mais gente aqui para cima do que você... (RISOS).

As coisas nem sempre são como elas parecem. Eu só estou dizendo isso para dizer aos senhores e às senhoras que nós temos sim um papel relevante na construção de sociedades desenvolvidas. Mas esse papel não é só de quem está do lado de cá do balcão, como eu disse antes. Não existe o lado de lá e o de cá. Existe uma integração entre Governo e sociedade com o intuito de desenvolver uma cidade, um estado e um país.

Então, o recado que eu quero deixar, se é que eu consegui, é que vocês mesmos conseguirão encontrar soluções aqui para o município, desde que tenham vontade de fazê-lo. Com o apoio do Governo, sim. Com o apoio das políticas públicas, sim. Por exemplo, os senhores sabem que lá na minha Secretaria tem uma linha chamada FUNDEIC, que dá empréstimo com juros de seis por cento ao ano, de até cento e trinta mil reais para pequenas e micro indústrias e empresas comerciais e de turismo? Vocês sabem que tem isso lá? Pois é, a gente empresta quatro milhões por ano no Estado e temos desenvolvido um monte de coisas. Só que eu sou um lá. Eu não consigo andar em cento e quarenta e um municípios para ficar falando essas coisas. Ou até consegui, acho que já andei mais de cem nesses cinco anos de Governo.

Mas, Deputado, era isso, num primeiro momento. Eu vou ficar à disposição depois e dizer a vocês que eu tenho toda esperança do mundo que o Município de Alto Paraguai se desenvolva.

Quando eu tinha seis anos de idade, eu nasci no interior de Santa Catarina, uma cidade chamada Concórdia, onde a Sadia começou e o meu pai trabalhava na Sadia e fomos transferidos para Toledo, no Paraná. O meu pai foi transferido para lá em 1967, eu tinha seis anos de idade. E, para vocês terem uma idéia, em Toledo, no Paraná, naquela época, para comprar pão na padaria quando chovia tinha que colocar corrente no carro, porque atolava no meio do caminho. Toledo não tinha nada, era o extrativismo da madeira. Hoje, Toledo tem cento e vinte mil habitantes, tem o segundo maior teatro do Paraná, tem uma estrutura de feira com uma arena coberta para rodeios com capacidade para oito mil pessoas; é a sétima economia do Paraná, em mais de não sei

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

quantos municípios que têm no Paraná, milhares de municípios; noventa e um por cento de esgoto na rua, não existe uma rua que não é asfaltada. Mas existe uma coisa lá que é o que eu insisto em dizer para todo mundo, existe um comprometimento da sociedade que os senhores não têm idéia de como ele é grande. Não tem criança na rua. Por quê? Porque a sociedade se incumbiu de fazer com que existam alternativas para essas crianças. Porque a sociedade se incumbiu de fazer com que a população toda faça coleta seletiva de lixo e aí montaram no município uma usina de reciclagem de lixo. Quando as pessoas chegam lá com pet, com papelão, com plástico, juntam tantos quilos, eles ganham uma cesta básica para isso. Isso viabilizou uma indústria para o município, isso viabilizou renda extra para a população, isso viabilizou não jogar lixo por aí.

Então, as coisas acontecem quando a sociedade quer que aconteça. E eu acho que encontros como esses promovidos pela Assembléia Legislativa e o Deputado José Domingos Fraga disse que eu não me furto em vir aos encontros, e não me furto mesmo, porque Mato Grosso já me deu em 20 anos que estou aqui muito mais do que eu merecia. Eu era Presidente da Federação das Indústrias e tinha lá um orçamento de 40 milhões por ano, a caneta na mão e larguei tudo isso para trabalhar no Governo Blairo Maggi, e vou dizer aos senhores que eu ganharia mais, hoje, na iniciativa privada do que o salário que ganho como Secretário.

Mas se os senhores me perguntarem se eu trocaria esses últimos cinco anos da minha vida pelo sucesso que eu tive na vida empresarial, eu diria que é muito gratificante saber que nós conseguimos trabalhar juntos para atrair mais de 5 bilhões de investimento para o Estado, e que é muito gratificante saber que existem pessoas, existem políticos e existem empreendedores nos municípios preocupados com o desenvolvimento, em fazer com que nós tenhamos uma vida futura melhor do que a de hoje. E, sem sombra de dúvida, com muito mais distribuição equânime de renda, de uma educação melhor para os nossos filhos, e termos orgulho de viver e morar em Mato Grosso.

Muito obrigado, Deputado, pela oportunidade de estar aqui. Obrigado, Prefeito Bilu, Xisto, por vocês me propiciarem estar aqui em Alto Paraguai colaborando mais uma vez, e digo, para que o meu regime hoje tivesse na plenitude. Muito obrigado. (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário Furlan.

Sem sombra de dúvida, durante esses 5 anos que ele está com o Governador Blairo Maggi, está sendo um indutor, um motivador do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso e que está trazendo esses quase 8 milhões de reais que vão gerar quase 77 mil empregos por meio de 358 empreendimentos no Estado de Mato Grosso.

Esperamos, Furlan, que daqui para frente, por meio da iniciativa política e da população de Alto Paraguai, de Diamantino, da região e também das lideranças políticas que representam Alto Paraguai, que possamos em conjunto com Vossa Excelência, quem sabe, em função daquelas empresas menores que vêm atrás da Bertin, quem sabe nós possamos aportar alguma empresa aqui, no Município de Alto Paraguai, não só para oportunizar o emprego que tanto precisam, mas para melhorar a renda do município. É um município carente em arrecadação. É um município que realmente precisa de uma injeção de ânimo, como essa que o senhor está passando, não só se colocando à disposição para ajudar, mas chamando à responsabilidade da população para que ela seja o agente de mudança, para que ela acorde, para que ela realmente busque por meio das suas lideranças políticas, dos seus representantes, uma alternativa que dê essa renda que ela precisa.

Secretário Alexandre Furlan, por estar preocupado com o Município de Alto Paraguai tenho um Projeto de Lei tramitando na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que cria um programa de inserção econômica para os municípios de economia exaurida da Bacia do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Alto Paraguai. É um projeto que tem fontes variadas, importantes, para alavancar o desenvolvimento de forma sustentável dos municípios que compõem a Bacia do Alto Paraguai.

E ali, Secretário Alexandre Furlan, não é que nós seqüestramos. Nós colocamos várias fontes de receitas, criamos um fundo, também, de inserção econômica dos municípios da Bacia do Alto Paraguai e colocamos o FUNDEIC. Caso esse Projeto seja aprovado e sancionado é para que, pelo menos, 15% desse FUNDEIC seja gasto nesses municípios da região do Alto Paraguai, até porque são municípios que têm um IDH, em média, de 0,70. Isso não serve de impeditivo para que outros municípios de outras regiões possam, também, abocanhar esses 15%. Desde que o IDH seja igual ou inferior ele pode fazer parte desse contexto dos 15%.

É uma proposta de Projeto de Lei que tramita na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, de minha autoria, justamente olhando a possibilidade de trabalharmos alguns pequenos arranjos produtivos que possam oportunizar a essa população de ter renda e oportunidade de trabalho.

Gostaria que o Secretário Alexandre Furlan tomasse pé desse Projeto e, quem sabe, seja um defensor dessa proposta que, sem sombra de dúvida, é extremamente interessante não só para Alto Paraguai, mas para os outros municípios que compõem a Bacia do Alto Paraguai.

Agora, a esperada por todos vocês. Sei que a palestra do Secretário Alexandre Furlan foi importante, motivadora, com números importantíssimos para alavancar a economia do Estado; que a palestra do Secretário Luiz Henrique Daldegan foi muito importante, criador da APA. Ele foi bem claro ao dizer que a APA é um instrumento alavancador de desenvolvimento de forma sustentável. Ele praticamente disse o que pode e o que não pode fazer na APA.

A APA está aí e pode-se trabalhar de forma sustentável na APA. Não se pode mais abrir aquilo que não foi aberto, mas não impede de vocês tornarem a APA economicamente viável e de forma sustentável.

Agora, vamos ouvir a nossa convidada especial, a Dr^a Antônia Samir, que falará um pouco do trabalho que vem desenvolvendo na Secretaria do Meio Ambiente e como o Ministério do Meio Ambiente pode ajudá-los não só na recuperação das áreas degradadas, mas como um agente financiador para desenvolver algumas atividades econômicas de forma sustentável dentro da APA e dentro dos municípios que compõem a Bacia do Alto Paraguai.

A SR^a ANTÔNIA SAMIR - Boa-tarde!

Eu queria falar do prazer de estar nesta Cidade representando o Governo Federal. O nosso Presidente é um só e não dá para ele estar em todos os lugares. Não é, gente? Há algumas pessoas que vão a essas cidades contar o que está acontecendo no Brasil e como as coisas que estão acontecendo no Brasil podem chegar aqui para vocês.

Queria saudar todas as pessoas da mesa; as pessoas presentes, principalmente as mulheres que são a nossa grande força. (PALMAS).

Fiquei muito animada quando cheguei. Já senti um pouco das minhas companheiras ali atrás, porque conversamos e aí: o que fazemos nesta cidade? As meninas falaram: “Nós não temos nada para fazer!” Eu falei: não fala nem mau da vida dos outros?

Meu povo, sou professora há vinte e sete anos. Então, gosto de falar em pé.

Eu trouxe para vocês uma projeção que, na verdade, não foi feita especificamente para vocês. E isso me dói muito, porque estou adaptando uma palestra que fizemos em outro lugar para cá. Gostaria de ter feito uma especificamente para vocês.

Recebemos um convite do Governo do Estado, por meio do Secretário do Meio Ambiente, Luiz Henrique, para estar aqui e falar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

O que é isso? Que história é essa de APA, gente? Deram-me até um broche chamado ARPA. Vocês viram o broche que deram para vocês? Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Eu tinha esses broches, em Brasília. É um broche de uma ação do Ministério que fala de áreas protegidas. Eu achei bonitinho e falei: Vou levar para as pessoas, porque isso foi pago com dinheiro do povo brasileiro. Então, nós estamos devolvendo para vocês.

Então, gente, o que é uma APA? Que diabo é isso que esses homens estão falando o dia inteiro?

A APA é uma Área de Proteção Ambiental. É assim: Quando Cabral chegou ao Brasil estava tudo intocável. Depois, começamos a fazer casas, prédios, estradas e começou a acabar o mato. De uns temos para cá foi dividindo. Nós começamos a criar unidades de conservação. O que vem a ser isso? Unidade de conservação, gente, é assim: se a gente não cercar, acaba. Não acaba? Não é? Se você falar: não pode arrancar essa árvore de jeito nenhum, não pode pescar esse peixe e nem matar essa onça, senão, o povo vai lá e... Tem gente para tudo!

Então, o que nós fizemos? Do que nós, não! Um punhado de gente que pensava o meio ambiente fez o seguinte: montou um sistema, que nós chamamos de Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Unidades de Conservação são aquelas coisas assim que umas não podem mexer de jeito nenhum. Não pode nem entrar. Só pode entrar para estudar. E outras se pode entrar, mas não pode mexer, não pode tirar uma folha. Nós chamamos assim: Unidade de Conservação de Uso Restrito. E tem outro tipo de unidade de conservação que nós podemos mexer, podemos tirar proveito daquilo.

A APA é uma área de proteção ambiental que podemos mexer. E as pessoas ficam pensando: “Ah, depois que inventou essa APA não podemos nem entrar no mato que ficamos com medo de o fiscal do IBAMA vir e nos prender.” Não é assim! Essa área toda de preservação ambiental pode ter atividades econômicas.

O Secretário falou de umas atividades, de tanto dinheiro que eu fiquei assim...

Gente, ele falou de milhão, falou de dólar. Não falou? Agora eu vou falar de um dinheirinho pouco, mas que chega as nossas mãos para gerarmos renda no nosso município.

O Governo Federal, de 2003 para cá, vem adotando uma filosofia diferente no uso dos recursos públicos e no financiamento de projetos populares de geração de renda às comunidades.

Eu trabalho com comunidade tradicional. O que é comunidade tradicional? É aquela comunidade que está fixada há muitos anos no mesmo lugar e que cuida da natureza. Quem acabou com o mato foram vocês? Foram vocês, sim... (RISOS). Foram vocês? Quem fez esses buracos e foi embora? Foram vocês? Vocês ficaram! Não é?

Estava conversando... Tenho um amigo que fala muita bobeira. Ele falou para mim assim: “Antônia, é igual aquele rapaz que fica querendo conquistar a moça e fala: ‘Ah, mas eu gosto de você demais!’” Não sei o que! Não sei o que! “Depois de um tempo; depois que consegue, capa o gato.” Parece que em Alto Paraguai aconteceu isso! As meninas estavam me falando: o povo veio, furou buraco, furou buraco, furou buraco e foi embora. E aí nós vamos ficar aqui tristes, olhando para o tempo? Não! Nós vamos intervir nisso, gente! Agora, vai ser o Secretário, vai ser o pessoal de Diamantino, vai ser o Prefeito e só? Não! Quem tem que tomar as rédeas dessa situação e transformar somos nós, os moradores, são vocês!

Então, que boas novas eu trago? O Governo federal tem um Orçamento, aprovado pela Câmara Federal no início do ano, que se chama Orçamento da União. É assim - eu vou explicar bem didaticamente, porque tem criança aqui que precisa saber -: Pega-se todo o dinheiro que o País gerou e joga no balaio. Todo o dinheiro! Fica um balaio enorme de dinheiro. Ali é o Orçamento da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

União. E o que se faz com esse balaio de dinheiro? Começa-se a dividir em balainhos: esse pouco aqui vai para o balaio da agricultura; esse pouco vai para o balaio do meio ambiente; esse vai para a saúde... Tem balaio que vai mais cheio do que outros, não é? Por exemplo, o balaio do turismo é enchido do mesmo jeito do balaio da saúde? Qual merece mais? Hein, menininha, qual é melhor encher mais, o balaio da saúde ou o do turismo? O da saúde! Então vamos botar mais no balaio da saúde. Então, fica aquele monte de balainhos lá. Aí, o balaio do meu Ministério que é o do Meio Ambiente, quando chega esse balainho lá, divide de novo. Vamos dividir de novo! Mas não é assim, não. Nós nem vemos isso. É tudo por computador e tal. Aí eles falam: “Nossa! Na minha seção tem um dinheiro que, no ano passado - eu estava falando para o Secretário -, nós até devolvemos. Devolveu-se o dinheiro por quê? Porque a nossa seção recebe pequenos projetos das comunidades... Eu trouxe, para mostrar para vocês, alguns financiamentos que nós fizemos: está aqui um projeto que apoiamos de uma mulher que fazia doces. Sabem como ela estava outro dia? Na janela, olhando para o tempo e querendo...

(O SR. BILU, PREFEITO DE ALTO PARAGUAI, FALA COM A ORADORA - INAUDÍVEL.)

A SR^a ANTÔNIA SAMIR - ...Então, lá nesse balaio do Ministério do Meio Ambiente tem um recurso que é para financiamento de pequenos projetos de geração de renda. E Alto Paraguai se encaixa como uma luva na clientela alvo. Mas para quem eu vou fazer o projeto? Para o Prefeito? Se ele mandar, nós mandamos o recurso? Não quero nem ver prefeito lá! Não! Porque o nosso recurso não tem intermediário. Desculpa, Prefeito, eu quero que Vossa Excelência vá lá tomar um cafezinho em minha casa. Mas o recurso é acessado por quem? Pelas instituições populares. Aí eu botei fogo nas meninas lá atrás e disse: Vamos montar a associação das mulheres de Alto Paraguai. “Ah, precisa de político.” Não! Não precisa, não! Deixem que os vereadores vão cuidar da vida deles. Vocês vão montar a associação e não precisa que eles ajudem. Vocês dão conta! Então, botei fogo nelas e mostrei. Vou deixar esse livro com elas.

Esta palestra que eu faço aqui, faço em muitos lugares. Por exemplo, eu fui a uma cidade chamada Alto Paraíso, em Rondônia, depois de Machadinho do Oeste, cinco horas andando no meio da floresta, ou melhor, no que ainda existia da floresta. Chegando lá, encontrei mulheres com olhares tristes. O que está acontecendo? “Ah, aqui não tem o que fazer.” Aí eu comecei a olhar. Mas o que vocês têm de recurso natural? Então, gente, o que aconteceu com essas mulheres de Alto Paraíso? Eu fui a casa de uma senhora, Dona Cícera, e tomei um suco tão bom! Ela mora num sítiozinho e tira tudo de lá - uma mulher bem animada para trabalhar -, tem pimenta do reino, porco, galinha. Fiquei encantada com ela e falei: Dona Cícera, nós vamos fazer um projeto aqui. Ontem, dia 21, às 12:45 horas, a Dona Cícera, a Lucinéia e mais duas senhoras lá da roça pegaram o avião, pela primeira vez, e estão lá em São Luís do Maranhão aprendendo com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu como mexe com esse bendito coco babaçu que tem lá no sítio dela, e ela olhando para o sítio e falando: “Ai, meu Deus, eu queria tanto ter um trabalho!”

Foi isso que o Secretário... O Secretário estava diferente, não estava, gente? (RISOS) Ele estava diferente. Parece que ele estava com outra camisa. Eu olhei e pensei: mudou o Secretário. (RISOS) Então, foi isso que o Secretário nos colocou quando disse que nós temos que assumir as rédeas. Portanto, gente, eu venho aqui, em nome do Governo Federal, em nome da Marina Silva, que é a nossa Ministra do Meio Ambiente, em nome do meu Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, dizer a vocês o seguinte: existe no Brasil um programa que atende a geração de renda para as comunidades, como aqui na cidade de Alto Paraguai. E eu fiz um compromisso com o Secretário Luís Henrique de, amanhã... Porque eu não tenho tempo para ficar aqui. Normalmente, nós treinamos diretamente as pessoas, como eles fazem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

para mandar... Eu fico emocionada quando eu faço o curso e, quando chega o projeto lá em Brasília, passa pelos setores todos e chega para mim, fico vendo aquelas letrinhas, lembrando do que eu ensinei, e eles mandando o projeto: “Nós queremos fazer não sei o quê lá de mel e tal...” Mais emocionada fico, depois que vejo o negócio no rótulo.

Gente! Tem uns tapetinhos que as mulheres fazem com fibra, mais ou menos, alguma coisa assim... Gente, olha que gracinha! Elas faziam, mas misturavam cores demais, ficavam amarelos, verdes, ficavam assim, umas cores... Aí levamos o SEBRAE, e o SEBRAE ensinou do jeito que os compradores querem. Vocês sabem para onde está indo isso? Para a Itália!

Outro dia nós fomos buscar uma comunitária nossa que estava voltando de uma feira em Nova Iorque. Ela mora na cidade de Silves, na Amazônia. Outra foi para a Suécia. Outra ganhou o Prêmio da Revista *Cláudia* de “Mulher Destaque”. Como? Parada em casa, olhando pela janela e falando do outro? Foi assim, meninas? Não! Não foi assim. Foi assumindo a liderança da vida delas. Somos nós que definimos: “a partir de hoje, eu vou transformar minha vida”.

Eu vim falar para vocês e contar que tem caminho. E o Governo Federal está possibilitando isso. De 2003 até hoje, nós tiramos muita gente da classificação abaixo da linha da pobreza. As pessoas, hoje, estão com muito mais dignidade.

É com grande prazer que eu venho aqui falar isso para vocês que existe um recurso federal que pode ser acessado diretamente por vocês.

Eu vou deixar os contatos do Ministério do Meio Ambiente com o Secretário Luiz Henrique ou, então, nós podemos marcar novamente uma visita para que os técnicos venham e fiquem uns cinco dias explicando para cada um como funciona. Porque dá para fazer projeto para homem, mulher, adolescente – e temos que nos preocupar com isso – para dar uma sacudida e mudar a cara desta cidade e, acima de tudo, dar esperança.

Eu venho, na verdade, falar da palavra esperança, porque quando falamos em milhões de dólares é muito bom para o nosso Estado, mas quando eu falo que dez mil transformarão a vida de um grupo de mulheres que comecem fazer tapete, eu falo mais rápido. Entenderam? Ela vai fazer ali, vai vender, vai colocar o preço.

Quando eu falo da empresa que virá, eu fico super feliz porque meu filho vai poder trabalhar, eu vou poder conseguir um emprego também. Mas é possível que transformemos a nossa vida produzindo alguma coisa. E nós temos o dinheiro para isso.

Esse dinheiro é pago de volta? Não. É dinheiro que nós chamamos de Fundo Perdido. Para nós não é perdido, é ganho, porque estamos dando dignidade.

Agora, o que vocês têm que fazer para acessar esse dinheiro? Mandar o projeto para Brasília, ser uma organização. “Ah, o Sr. João vai mandar”. Ele pode mandar sozinho? Não. Tem que ser o grupo dos ex-garimpeiros e tal; o grupo das mulheres de Alto Paraguai, que amanhã vai ser fundado, se Deus quiser; grupo das adolescentes atuantes de Alto Paraguai.

Faça a diferença, pessoal! Faça a diferença! Não esperam as pessoas resolverem as coisas para vocês! Não é isso? Porque emprego não está tendo. Nós vamos perdendo a crença na vida. E nós queremos, acima de tudo, deixar em vocês a chama da esperança e da transformação que este País está passando e Alto Paraguai tem que entrar também nessa com essa cara de Brasil. Combinado? Vão me cobrar isso?

Eu vou deixar os telefones com alguém, com as meninas lá atrás e quero que vocês liguem: “Antônia, liga para o Ministério e pede...” Liga aqui de volta, que nós ligamos e conversamos com vocês e tal.

Quero deixar um grande e fraterno abraço do nosso Presidente, que estou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

representando aqui; da Ministra Marina Silva; do nosso Secretário Egon, que foi Vice-Governador de Mato Grosso; agradecer a todos vocês e vamos ver se conseguimos fazer uma parceria.

No ano passado tinha dinheiro e nós devolvemos o dinheiro. Por quê? Porque não chegou o projeto. Chegou só um pouquinho. Aí o dinheiro voltou para o balaio. Entendeu? E aí eu tinha até as explicações...

Vai passando. Só para contar rapidamente o que é uma APA.

Mas, pessoal, acho que vou cansar vocês com aula... Acho que tentei, meio que brincando, explicar para vocês que é possível. Não vamos deixar as pessoas decidirem as nossas vidas, não. Não é assim que acontece! Combinado? Esperar que fulano, sicrano apareça aqui porque ele tem interesse no meu voto. Entendeu? A dignidade se faz com trabalho, com honestidade.

Combinado, queridos

Um abraço! Foi um prazer enorme estar aqui. Com certeza, nós voltaremos.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, professora Antônia, pelo seu pronunciamento, pela sua participação!

Muito obrigado por estar em Mato Grosso! Obrigado por estar aqui na terra da humildade, nossa querida Alto Paraguai.

Antônia, essa linha de recurso a fundo perdido, varia de projeto, vai até cem mil reais?

A SR^a ANTÔNIA SAMIR – São três tipos de projetos: Projeto tipo “a”, que vai até cinco mil reais; projeto tipo “b”, que vai de cinco mil e um a trinta mil reais; e Projeto tipo “c”, que vai de trinta mil e um a cem mil reais.

Não é invenção, as coisas já acontecem e nós temos no Brasil tudo produzindo. Nós fazemos um treinamento para fazer projetos. Vocês fazem e nos mandam. Nós analisamos, contratamos. Contra é o que? Nós fazemos um contratinho, mandamos para vocês; vocês assinam e nos mandam de volta. Nós pedimos para abrir uma conta para o projeto, com duas pessoas assinando, a Maria e o João, a conta para o projeto. Todo dinheiro que sai de lá, ou tem que sair com nota fiscal ou com recibo. Não tem dinheiro para gastar de qualquer jeito não. Depois você vai prestar conta. Mas o recurso está lá para ser acessado pelas instituições civis, associações de mulheres, cooperativas, ONGs.

Certo, Deputado?

(PARTICIPANTE INTERROMPE A ORADORA - INAUDÍVEL)

A SR^a ANTÔNIA SAMIR – Não é praxe, porque nós não trabalhamos por meio de prefeitura. Nós trabalhamos...

(PARTICIPANTE INTERROMPE A ORADORA - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Só interrompendo um pouquinho...

A SR^a ANTÔNIA SAMIR – Deixa só eu responder, por favor, Deputado.

Senhor, na verdade, para nós é bem interessante que vocês nos chamem aqui para falarmos direto com a comunidade, porque é um recurso que não pode ter intermediário, é direto do Governo federal para as comunidades. Nós não temos intermediário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Quero mais uma vez agradecer a participação da Professora Antônia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Mesmo sabendo que há um compromisso da professora em capacitar os técnicos do MT – Regional, eu gostaria de pedir ao Luiz Henrique e a professora a possibilidade do Ministério vir fazer uma visita “in loco” em Alto Paraguai e quem sabe capacitar esse pessoal. (PALMAS)

Vamos dar continuidade em nossa reunião.

Conforme os nossos palestrantes já deram sua contribuição, agora vamos entrar na fase dos debates.

Há nove inscritos e, dentre eles, gostaria de saber quem tem alguma pergunta ao Secretário Alexandre Furlan, porque ele tem um compromisso em Nobres e precisa sair um pouquinho mais cedo.

Então, quem tiver pergunta ao Secretário Furlan levante o braço.

Vamos deixar a Professora Antônia por último, porque, pelo que senti, ela se enturmou com o pessoal da Assembléia e está dispensando ir de avião com o Luiz Henrique Daldegan para ir de van.

Parabéns pela sua simplicidade!

Então, com a palavra o ex-Prefeito Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES – Boa-tarde!

É uma satisfação em nome da população de Alto Paraguai agradecer realmente ao Deputado José Domingos e as demais autoridades presentes por registrar um dia histórico no nosso município.

Secretário Furlan, eu o conheço há muito tempo, somos amigos e quero dizer que estamos num município que realmente não tem como brincar. Nós, aqui, estamos muito preocupados com a situação drástica que vem surgindo em nosso município.

Fiquei muito alegre pelo Prefeito abaná-la, por estar sentindo muito calor, mas vou fazer queimar mais caloria de Vossa Excelência.

Secretário, Alto Paraguai foi um dos municípios, no auge do diamante, que gerou divisas a este Estado de Mato Grosso numa quantidade tão grande, incalculável, e hoje pagamos o preço pelo descaso das autoridades governamentais em nosso município.

A responsabilidade do Estado de Alto Paraguai se encontrar nesta situação foi justamente pela ausência de uma política de mineração que não aconteceu durante o seu auge. Naquela época, é justo dizer que surgiu em nosso município uma das maiores riquezas de um dos maiores produtos do mundo, que é o diamante. E hoje nós clamamos a presença do Estado em nosso município para até pagar pelo que Alto Paraguai contribuiu com o desenvolvimento deste Estado.

O Estado deve muito a Alto Paraguai. Está na hora de recebermos em troca tudo o que nós oferecemos ao Estado de Mato Grosso. E a Secretaria de Vossa Excelência é uma das mais importantes para dar esse prosseguimento e sanar essa dívida para com Alto Paraguai.

Então, eu acredito que Vossa Excelência até ao final do seu mandato, até o mandato do Governador do Estado, deve nos trazer uma solução imediata, de emergência, para podermos realmente resgatar tudo aquilo que nós retribuimos ao Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Antes do Secretário responder, vou pedir a todos aqueles que estão inscritos que sejam breves nas suas perguntas para que o Secretário possa responder com mais clareza, com mais profundidade as perguntas que ora vão ser questionadas, e que fosse dentro de uma determinada ordem para que possamos fazer uma Audiência Pública cheia de sucesso e possamos alcançar, a curto, médio e a longo prazo os objetivos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

desta Audiência Pública.

Com a palavra o Secretário Alexandre Furlan.

O SR. ALEXANDRE FURLAN - Em primeiro lugar, dou toda liberdade de perguntar o que quiserem.

O Eduardo não fez muito uma pergunta. Ele fez uma afirmação e uma cobrança.

Da minha parte, na Secretaria, o que eu visualizei para município como Alto Paraguai, que é um município, como disse o Eduardo, que viveu da mineração. Foram os 14 milhões que nós já investimos para fazer o mapeamento geológico no Estado inteiro e mais cinco milhões que vamos investir para fazer um aerogeofísico nessa região para dizer: Temos ainda muito diamante? Temos! Precisa tecnologia de investimento? Precisa! Vamos tentar atrair empreendimento de vulto para cá? Vamos.

Agora, não vamos só achar... De que forma o Governo pode devolver tudo que Alto Paraguai já deu ao Estado de Mato Grosso? Na forma de políticas públicas, porque isso não se quantifica, como o Eduardo mesmo disse. Eu não posso quantificar isso em milhões. Quantos milhões Alto Paraguai já gerou para o Governo de Mato Grosso? Até porque eu não sou o Governador, eu não determino como fazer isso ou aquilo. Agora, que nós temos uma visão clara de desenvolvimento de Mato Grosso por inteiro e de responsabilidade para com todas as regiões do Estado, isso nós temos. Eu acho que é por isso que quando eu falei do MT Mais Vinte, quando se busca agora desenvolver o MT Regional, eu já destinei quatro milhões de reais do orçamento da minha Secretaria no ano que vem para o MT Regional. O MT Regional está formado em consórcios de municípios, como eu mostrei para vocês aqui os consórcios que vocês têm aqui da região. Então, a Secretaria está colocando quatro milhões à disposição do MT Regional para desenvolver ações aqui em Alto Paraguai. É pouco? É muito? Não sei. Mas é um começo.

Agora a sua cobrança é justa e eu acredito que nós não vamos, de maneira alguma, fechar os olhos para a região.

Eu vinha conversando com o Miltinho. Vamos tentar fazer cursos no CEPROTEC para formar pessoas para trabalhar numa indústria frigorífica? Vamos! O que é que nós vamos precisar do município? Talvez o município terá que nos ajudar a ter um ônibus para levar as pessoas lá no CEPROTEC para fazer o curso. Será que isso é possível? Se não for possível para o município, vamos batalhar na Secretaria de Educação, para que a Secretaria de Educação disponibilize. Quer dizer, vamos primeiro saber o que é que nós precisamos, porque é aquilo que eu disse no começo. Eu aprendi isso estando no Estado - eu era da iniciativa privada e vim para o serviço público há cinco anos. O Estado por si só não tem condições de atender todas as demandas. Tem condições de detectar os problemas e de ajudar, mas não de atender a todos.

Não sei se responde, Eduardo, mas temos responsabilidade, sim, e não vamos nos furtar de tentar ajudar o município.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário.

Algum dos inscitos tem mais alguma pergunta para o Secretário Alexandre Furlan? Quem não se inscreveu, ainda há tempo para se inscrever.

O SR. ALEXANDRE FURLAN – Se não, eu vou agradecer. Sabem por quê? Porque eu vim sozinho dirigindo o carro para economizar a diária do motorista. Então, eu tenho que voltar sozinho dirigindo.

O SR. JOSÉ BENEDITO CÂNDIDO – Não é uma pergunta, mas eu gostaria de fazer uma colocação na presença de vocês.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

O meu nome é José Benedito, mas pode chamar por Dito, que é a forma mais simples, é assim que mais me identifico.

Sou Superintendente de Desenvolvimento Regional, represento aqui o MT Regional junto ao consórcio do Alto do Rio Paraguai; também sou técnico, como o nosso Secretário Luiz Henrique, e quero aqui me colocar como facilitador.

Sou engenheiro agrônomo, moro em São José do Rio Claro, estou há dois meses no cargo, também vim da iniciativa privada e estou me sentindo em lua-de-mel neste trabalho. Estou muito feliz.

Prefeito Bilu, já deve ser a sexta vez que estou aqui no seu Município, parece que contamina, porque aprendemos a amar este lugar e estas pessoas.

Na semana passada estivemos aqui, fizemos uma reunião com o pessoal da minhococultura. Estiveram aqui oitenta e três minhococultores presentes, o Prefeito nos apoiou bastante também e hoje quero aproveitar e convidar o pessoal para a nossa reunião após a Audiência Pública, para que possamos dar continuidade.

Eu gostaria de dizer ao Deputado e a todos os presentes que eu quero realmente ser um facilitador.

Vou estar na Secretaria de vocês levando a mensagem do povo que aqui precisa. Se preciso, vamos manter um elo de ligação para o desenvolvimento dessa gente.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Dito (PALMAS).

Alguém mais dos inscritos têm perguntas, questionamentos ao Secretário Furlan, porque nós precisamos liberá-lo.

O SR. ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN – Eu gostaria, então, de agradecê-los dizer mais uma vez que estou à disposição na Secretaria. Deixo o meu *e-mail* e o meu telefone, por favor, procurem. Eu não tenho a menor inibição em atendê-los, não sou uma pessoa de difícil acesso. Às vezes, nós estamos correndo, mas temos toda uma assessoria, tem toda uma estrutura na Secretaria.

A nossa Secretaria é uma Secretaria que, por conceder incentivos fiscais, recebe o retorno desses incentivos das empresas que estão se instalando, então, nós temos recursos que são orçamentários próprios da Secretaria para fomentar o desenvolvimento.

O MT Regional vai ser uma forma que a Secretaria vai ter de passar recursos através do MT Regional para desenvolvimento de projetos nessas regiões.

O Dito falou que é um facilitador. O Dito vai ser o facilitador para vocês e eu e o Secretário Clóves Vettorato vamos ser os interlocutores do Dito com vocês. Então, por favor, o Dito, como está mais na região, vocês o procurem e ele, por certo, procurará o Secretário Clóves Vettorato e a mim e nós vamos poder atender.

Eu quero agradecer mais uma vez, Deputado, e vou pedir para me ausentar para pegar a estrada, ao Prefeito Bilu, ao Vereador Xisto, ao Deputado Erival Capistrano, a Antônia, uma pessoa que conheci agora e que vejo que pelos seus ideais, pela forma como ela trata as coisas, é uma dessas guerreiras que estão ao lado da nossa Ministra Marina Silva, o Miltinho, o professor ELDER, que está aqui, enfim, companheiro Luiz Henrique, que é um técnico, tem se envolvido muito com os problemas da SEMA, não é fácil você administrar conflitos, o Luiz Henrique tem no dia-a-dia administrado conflitos, ainda bem que ele é forte, agüenta pancada e agradecê-los.

Quero dizer para vocês, tenham esperança, mas antes de tudo, lutem pelos seus ideais, que vocês vão atingir seus objetivos.

Muito obrigado mais uma vez, Deputado, quando precisar de mim, estarei à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

disposição. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Secretário Alexandre Furlan, muito obrigado pela sua presença, obrigado por sua fala, tenho certeza que foi bastante enriquecedora para que nós pudéssemos ter conhecimento dos investimentos que ora está sendo aportado no Mato Grosso. E tenho a convicção, Secretário, que Vossa Excelência será o embaixador de Alto Paraguai. Alto Paraguai precisa, mas como Vossa Excelência disse, a população tem que fazer a sua parte. Está aí o Dito, está aí o MT Regional, está aí a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Indústria e Comércio, está aqui a Assembléia Legislativa, mas a população tem que fazer a sua parte para que em conjunto possamos dar um passo qualitativo e quantitativo com relação à melhoria da qualidade de vida e à distribuição de renda à população de Alto Paraguai.

Então, passamos a palavra agora para o Vereador Giba, que quer fazer uma pergunta ao Secretário de Meio Ambiente, Luiz Henrique Daldegan, que dispõe de três minutos, vamos ser bem objetivos.

O SR. GIBA - Boa-tarde a todos os senhores e senhoras aqui presentes.

Quero aqui cumprimentar os Deputados Erival Capistrano e José Domingos Fraga, grandes Deputados; Secretário Alexandre Furlan, que foi um ótimo palestrante.

Quero aqui agradecer Vossa Excelência, Luiz Henrique, antes de fazer a minha pergunta, para aquela questão do garimpo, que Vossa Excelência resolveu no seu gabinete, e deixando até hoje com que os nossos garimpeiros estão trabalhando tranquilos, mas que a cooperativa está ativa e funcionando para trabalhar legalizado como nós prometemos.

Mas o meu questionamento é uma pergunta que até o ELDER poderá responder, é a questão do crédito fundiário. Nós tínhamos um projeto do crédito fundiário, aqui no Município de Alto Paraguai, que estava em fase de execução, praticamente pronto, e esbarrou na questão da APA e nós não podemos concluir projeto, Secretário, porque existia um documento do Governo federal que onde tivesse área de proteção ambiental não poderia fazer mais assentamento e nem liberar recurso pelo crédito fundiário, porque o crédito fundiário me parece que é do Governo federal. E, nós estamos até hoje, não é, Pedro, esperando esse documento ser emitido pela Secretaria de Meio Ambiente para que pudéssemos contemplar as famílias que fizeram cadastro para o crédito fundiário e que estão até hoje esperando. Esta semana mesmo me cobraram por que não saiu o crédito fundiário, porque eles tiveram ainda que bancar o georreferenciamento para poder levantar todos os valores da área e a pergunta é essa.

Quero também aqui, Luiz Henrique, como pedi anteriormente, que olhe com carinho aquele projeto da Karol Foods para liberar o material orgânico do projeto casulo, que os produtores estão precisando desse material para fazer suas plantações pequenas. Essa é a minha pergunta, Deputado.

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDEGAN – Bom, Vereador, é até repetitiva a questão e volto a falar na mesma questão e até comentei com os Deputados José Domingos e Erival Capistrano vão começar ainda mais a se inteirarem dessa situação. Primeiro que o entendimento que o MDA tem, não tem o embasamento legal, certo? Não tem esse embasamento legal e de que nós lá na SEMA não temos impeditivo nenhum em relação à crédito fundiário na questão da APA. Então, o que podemos marcar, Deputado, uma ida em Brasília, conversar, inclusive com o pessoal do Meio Ambiente, porque não existe esse impedimento, esse embasamento legal que aquele técnico colocou. Esse é um ponto que foi colocado, mas pra nós não tem impeditivo nenhum para isso. Em APA não tem impeditivo nenhum. Se fosse em um parque alguma coisa, aí sim. O que eu até conversei com a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Antônia, que há uma falta de entendimento do que é de uso restrito, do que é de uso sustentável e a APA é de uso sustentável. Esse é um ponto.

Em relação à questão da Karol Foods, o pessoal já me ligou aqui no intervalo e eles estão providenciando isso e, mais tardar no começo da semana, segunda-feira ou terça-feira, está pronta. Mas se vê qual a importância da questão ambiental.

A Karol Foods que tem um certificado ambiental, uma ISO 14 mil tem que saber onde ela vai colocar os dejetos dela, para quem vai utilizar isso aí. E tem que ter autorização ambiental para onde vai esse dejetos porque, senão, quando vier uma auditoria do certificado da ISO 14 mil deles, eles vão ser questionados. Então, você vê a importância que é.

E dizer que nesta questão do crédito fundiário, acho que se o Deputado – segunda-feira eu vou estar em Brasília, segunda-feira e terça-feira – puder ir, nós podemos agendar lá, darmos uma ida lá e poderemos conversar com o Egon, ou então com a Cláudia, para que possamos ir lá e ver essa situação, esse entendimento. Nós podemos levar alguém da biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente para tirar esse entendimento, depois poderemos fazer esse encaminhamento se Vossa Excelência assim... Na segunda-feira eu estou indo na parte da tarde, mas na terça-feira de manhã poderíamos fazer essa reunião com ele lá.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Com certeza.

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDEGAN – Pode verificar.

A SR^a ANTÔNIA SAMIR – Toda APA é criada. E depois de criada fica no papel? Não. A APA tem que ter um conselho gestor.

O que é um conselho gestor da APA? É um grupo de pessoas daquela região que vai gerenciar. Quem vai definir o que pode ser feito naquela região, quem é? É o conselho gestor. E o conselho gestor é formado pelas pessoas que moram na região da APA, gente. São vocês, através do conselho gestor, que vão se reunindo, que vão dizer o que pode e o que não pode. Lembrar que APA tem que ser um agregador de valor e não depreciador. Têm cidades que cresceram depois que a APA foi implantada lá com ecoturismo, com uma série de atividades que podem ser desenvolvidas e que geram renda. Agora, nós temos que pensar, sozinho na minha casa? Não! Junto ao conselho gestor e vocês vão gerir essa APA. Vocês vão pedir recurso, pode isso, não pode isso. Entende? Aí eu acho que o prefeito pode, junto com o Secretário de Meio Ambiente, prefeito Bilu, providenciar com o povo de Diamantino, também, a formação de um Conselho Gestor bem representativo: sociedade civil, Poder Público, para decidirem. E todo mundo com o mesmo direito a voto: “Não pode!” “Pode!” É assim que é!

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, professora.

Secretário, quer complementar a pergunta do Vereador Giba ou já está...

Respondida, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Então, eu vou me programar e convidar o Deputado Erival Capistrano para terça-feira, Secretário, estarmos em Brasília.

O senhor pode marcar a audiência que, terça-feira, eu estarei lá o procurando, pela manhã.

O SR. LUIZENRIQUE DALDEGAN – O.K!

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Vamos passar a palavra ao Vereador Stoessel, da nossa vizinha e querida Diamantino, cidade pólo da região dos municípios da Bacia do Alto Paraguai.

O Vereador dispõe de três minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Além do Vereador Stoessel, alguém mais tem pergunta para o Secretário Luiz Henrique?

Vereador, vamos ser breve.

Como é seu nome?

Depois, passarei a palavra, ao Braga, até porque o Eduardo já teve a oportunidade de fazer uma pergunta. Em seguida, passarei a palavra ao Odair.

Vamos descascar em cima da professora que tem mais tempo, porque ele pegará o avião.

O SR. STOESSEL SANTOS FILHO – Primeiro, gostaria de cumprimentar o Prefeito Bilú, o Miltinho, nosso ex-Prefeito, o Secretário Furlan, os Vereadores e principalmente o Presidente da Câmara, Ticão.

Quero dizer o seguinte, Secretário: Desculpe a minha ignorância, mas passei a ter conhecimento daquela lei que o Bilú leu há pouco e depois Vossa Excelência respondeu, em relação ao incremento do ICMS Ecológico.

Procurarei me aprofundar.

Gostaria de saber de Vossa Excelência qual o critério usado para esses valores. Vossa Excelência tem esse critério?

Segundo, dizer o seguinte: Temos, hoje, uma concepção diferente da formação do Paraguai. Hoje, há um questionamento em relação à formação da cabeceira do Paraguai. Antigamente era Sete Lagoas. Depois era o Melgueira e o Canguinha que formavam, junto com o Amolar, o Paraguaizinho. Hoje, se diz um novo entendimento da maior fonte de água que cai e que vem a ser o principal da formação daquela bacia ou daquele rio. Então, hoje, se fala que o Amolar é a maior quantidade de água que cai no Paraguai, na cabeceira. Esse Amolar nasce lá na Caeté, no asfalto, quando o senhor vai para Cuiabá. Quer dizer, está lá dentro de Diamantino.

Então, esse critério eu gostaria de conhecer até para, às vezes, reivindicar alguma coisa a mais para Diamantino.

Está de parabéns o Município de Alto Paraguai, que já tem esse recurso, mas, se nós temos mais direito, vamos atrás de buscar esse recurso por questões de área e principalmente por questões ambientais ou questão do rio. Então, nós temos essa preocupação.

Segundo, quero parabenizar o Deputado José Domingos Fraga...

O Deputado Erival Capistrano, não, porque é um cidadão nosso, da nossa cidade, do Alto Paraguai e tem a obrigação de nos receber bem e trabalhar conosco.

Mas o Deputado abriu o seu gabinete...

Digo o seguinte, Secretário: Até temos, hoje, na Assembléia Legislativa, algumas mordomias. Muitos que estão aqui, às vezes, não conhecem, mas na antessala do plenário é um coquetel todo dia. E nós passamos a ter esse privilégio, também, porque temos quatro Deputados da região. Então, somos convidados...

O SR. PRESIDENTE (OSÉ DOMINGOS FRAGA) - Ali é a cocheira.

O SR. STOESSEL SANTOS FILHO – Pois é! (RISOS).

Então, é muito importante o que o Erival falou: que possamos analisar friamente a questão política. Não podemos aqui discutir, porque o nosso movimento, também, é político. Então, não podemos nos esquecer da parte política.

Eu gostaria, Deputado, de coração, de agradecer a Vossa Excelência por tudo o que tem feito por Diamantino. Tenho certeza que fará muito mais. Tive a oportunidade de ver uma pesquisa onde Vossa Excelência desponta em seu município com uma grande e larga vantagem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

sobre o segundo colocado. E Vossa Excelência está se dedicando como se dedicou ao seu Município. Talvez, esteja aí a resposta da população de lá que gosta tanto de Vossa Excelência, como nós daqui hoje, também, gostamos de Vossa Excelência.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Stoessel.

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDEGAN - Vereador, quanto aos critérios do ICMS Ecológico vou passar a palavra ao Elder, que é Coordenador, que trabalhou nesse projeto da criação do ICMS Ecológico.

Dizer que se for interesse da ampliação da APA; se for interesse do Município de Diamantino, nós, também, temos interesse de trabalhar isso.

Não, pelo o que eu entendi, é isso que o senhor está querendo.

Então, Elder, eu quero que coloque rapidamente esses critérios que estão na Lei de autoria do Deputado Gilney Viana.

O SR. ELDER MONTEIRO - Boa-tarde a todos!

Para se ter acesso ao recurso do ICMS Ecológico o Município tem que ter terra indígena ou unidade de conservação.

Terra indígena ou uma unidade de conservação: Uma APA, um parque, um parque, uma reserva biológica, uma estrada-parque, que é uma categoria que tem dentro do nosso sistema estadual.

Então, Alto Paraguai recebe mais recurso do ICMS Ecológico por causa da APA, porque 60% da área da APA estão dentro do Município de Alto Paraguai.

O Município de Diamantino, assim como o Município de Alto Paraguai, podem acessar recurso maior desde que incrementem áreas protegidas dentro do Município, porque uma unidade de conservação não é só criada pelo Governo Federal por meio do IBAMA ou, no caso, as estaduais, da SEMA.

O município... O senhor pode, como Vereador, indicar uma área que acha que tem uma representatividade ecológica dentro do município e merece ser preservada, uma nascente ou qualquer coisa assim, e transformá-la em um parque, em uma reserva biológica. Isso vai agregar valor na receita do Município.

Agora, tem uma coisa, só para finalizar: a partir do ano que vem faremos uma avaliação qualitativa do ICMS Ecológico. Esse qualitativo vai ser o seguinte: de que maneira esse recurso que está indo para os municípios está sendo revertido em favor das questões ambientais. Pode até ser por meio de outras questões: como saúde e educação se isso realmente estiver sendo revertido para o Município. Indiretamente, o município que não estiver revertendo isso terá um índice que começará a perder. Então, ele terá que reaplicar isso.

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE DIALOGA COM O ORADOR - INAUDÍVEL)

O SR. ELDER MONTEIRO - Nós já estivemos no Município de Diamantino fazendo palestra sobre o ICMS Ecológico.

O SR. STOESSEL SANTOS FILHO – Eu tenho conhecimento disso e, por isso, peço desculpas: pela falta de conhecimento.

Mas quero dizer, também, que há necessidade de a Secretaria informar às Câmaras de Vereadores, através de *folders* ou qualquer coisa do tipo, para que nós possamos fiscalizar os prefeitos, onde há essas... Porque eu, por exemplo, sou incansável na fiscalização da minha prefeitura. Então, essa reavaliação que vocês vão fazer, possivelmente, se todos os vereadores

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

tivessem conhecimento, soubessem onde estão empregando esse dinheiro, talvez nem precisasse fazer essa reavaliação.

O Sr ELDER - Nós vamos fazer isso, visitando todos os municípios. Esta reavaliação nós vamos construir juntos, a partir do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado ELDER, Luís Henrique e Vereador Istol não só pelas participações, mas pelas palavras. Passo a palavra ao representante do INDEA, Sr. Robson Braga.

O SR. ROBSON BRAGA - Boa tarde. Meu nome é Robson Gilberto Braga, sou responsável pela unidade do INDEA em Alto Paraguai. Todos vocês estão falando muito em recursos, e é claro que sem recursos não se faz nada. Mas nós já trabalhamos na área de fiscalização, e, como se sabe, o INDEA tem acesso praticamente a todas as estradas, quando é possível entrar, a todos os ambientes do município. Portanto, queria saber como vai ser feita a fiscalização de derrubadas. Por exemplo, no caso dos garimpeiros, gostaria de saber como vai ser feito o cadastramento, porque para tudo tem que se fazer projeto. Quero saber como que vai ser feita a fiscalização em cima disso daí. Então a minha pergunta seria isso.

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDEGAN - Primeiramente, o senhor, como um agente público, ao se deparar com um crime ambiental, tem por obrigação fazer essa notificação junto à Secretaria de Meio Ambiente. Nós temos o levantamento, através de imagens de satélite, da questão de desmates e da questão dos garimpos, tanto a SEMA como o DNPM. Inclusive o pessoal, no ano passado, teve uma questão aí, e foi com base nisso que nós estamos construindo, junto com a cooperativa, para que venha legalizar essa situação, porque a nossa fiscalização, bem como a do DNPM e a do IBAMA passarão por aí logo, logo. E nós temos feito as autuações, porque não podemos deixar o ilícito acontecer. Mas tem um ano, praticamente, que nós conversamos com a pessoa do DNPM, para mostrar o que tinha de ser feito. E esperamos, realmente, que tenha sido feito, porque senão nós não podemos nos furtar do dever de coibir o ilícito.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário. O Vereador Giba fez um questionamento aqui e ele quer saber se esse ICMS Ecológico é agregado no ICMS geral ou se cai em conta específica. Esse ICMS Ecológico cai na conta única do ICMS?

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDEGAN - Não. Ele cai junto. Ele vem junto. Houve um incremento de cento e quarenta e sete mil, este ano, mas ele vem junto.

O Elder pode complementar aqui.

O SR. ELDER MONTEIRO ANTUNES - Nós já estudamos, junto à Secretaria de Fazenda, a viabilidade e a legalidade de fazer duas. Só que há um problema técnico, porque daí vão ter que ser duas contas. E para abrir essas contas, o banco não faz isso por uma série de problemas. O que vamos fazer é informar que o município recebe e como vocês podem calcular. Qualquer um aqui dentro pode calcular, basta ter acesso ao *site* da Secretaria de Fazenda, porque lá sai mensal quanto o município recebe de ICMS. Tem uma fórmula em que você joga o que o município recebe e você começa saber quanto ele recebe de o ICMS Ecológico.

Vossa Excelência é Vereador da cidade aqui, não é? Eu já conheço Vossa Excelência das outras reuniões. Vossa Excelência tem *e-mail*? Então eu vou pegá-lo para manter contato e vou passar a Vossa Excelência como se tem acesso. Quem mais quiser, pode procurar o Vereador que ele vai estar com a fórmula de como se calcular isso.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado.

Com a palavra, o Sr. Odair, representante da CPT.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

O SR. ODAIR - Boa-tarde a todos. Falarei de forma bem rápida, já que está caminhando para os finalmente.

Eu estava dando uma olhada na legislação, e a legislação prevê seminários, audiências públicas, como esta, e descreve também que a área de incidência da APA tem prioridade de investimento em projetos, e a produção dessa área pode ter, também, o selo verde que pode facilitar a exportação, a exposição no mercado e assim por diante. Então, eu gostaria de colocar, como sugestão à Mesa, que fizéssemos um encaminhamento, para o início do ano que vem, em que pudéssemos chamar os produtores desta região e convidar o Banco do Brasil, a BASA, as instituições públicas que fomentam esse tipo de produção para buscar esse direito que a população, na área de incidência da APA, tem.

Outra pergunta à companheirada da blusa: Na APA há possibilidade de autorização para desmate?

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDEGAN - O senhor só pode ter autorização de desmate se o senhor tiver a licença. É fazer a licença. Sem licença, ninguém, nem fora da APA, pode fazer. Pronto. É só buscar a legalidade.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Ficou bem evidenciado que pode, dentro da legislação pode, sem nenhum problema.

Têm que sair perguntas para a professora Antônia, para a Dr^a Antônia, porque ali tem cacau.

Vou passar a palavra, agora, ao Sr. Pedro Carmo, Secretário da Associação dos Produtores Rurais de Alto Paraguai.

O SR. PEDRO CARMO - Primeiro, Deputado, eu gostaria de agradecer ao senhor por mostrar a Mato Grosso que Alto Paraguai existe.

Eu não vou ficar falando de passado, porque eu não gosto de sofrer duas vezes. Nós tivemos um passado meio triste e queremos recuperar. Temos aqui gente capacitada, gente com vontade, e o pessoal está começando a criar uma expectativa de vida. Isso é importante.

Hoje, o perfil do secretariado do Governo já mudou. Hoje, o secretariado já nos recebe, já discute e vem até os municípios buscar soluções. O que o nosso povo reclama - digo isso, porque conheço mais o pessoal da área rural, conheço todo mundo, mas milito na área rural, porque sou Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural - é de que forma nós vamos começar esse trabalho, desenvolver atividades. Esbarra onde? Porque nós temos terra, capital, mas não temos trabalho. E temos boa vontade para substituir o capital.

Então, a pergunta é a seguinte: Onde vamos buscar linha de crédito para financiamento de algumas atividades. Isso é através de projeto? O Banco do Brasil teria que nos dar alguma medida, como iniciar, como fazer, porque a burocracia de banco é muito triste.

Nós sabemos que se a pessoa tiver qualquer empecilho já não sai.

Já foi perguntado e respondido sobre o crédito fundiário. O MTA não financia áreas próximas ou dentro da APA. Mas, estão numa visita técnica em Brasília, que poderá surgir alguma novidade. Estamos acompanhando.

No mais, quero agradecer essa boa-vontade e dizer que aquela comissão que teria de ser formada, até maio passado, com componentes do Ministério; um do Estado; um do Poder Público local e outro da comunidade, ainda não se concretizou. Talvez, com essa comissão, possamos buscar aquilo que é melhor para nós. Nós, aqui, é que sabemos o que é melhor. E o que é melhor para nós, vocês vão saber a medida que os projetos forem alocado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Hoje, nós já temos dentro da APA um incentivo por meio da Secretaria de Assuntos Estratégicos, como a criação do peixe, a extração de minhoca já disciplinada com as associações, com a montagem de um frigorífico, que começou a ser criado agora para poder dar vazão no peixe. Então, são atividades que estão começando a melhorar a auto-estima da nossa população.

Eu, como Presidente de cooperativa, entendo que o caminho é por aí. Estamos certos.

O Governo que antes não nos virava a frente, agora resolveu virar. Graças a Deus, porque ele não tarda, veio na hora certa. Acho que a hora é esta, já falei isto em várias palestras minha.

Temos três Deputados na região: o Wagner Ramos, o José Domingos Fraga, nosso patrocinador, o Erival Capistrano, de Diamantino, o Riva, que vem por trás também incentivando-nos, então, tem que haver uma boa vontade. Com tudo isso, não é possível que não comecemos a andar.

Secretário, a Associação dos Produtores, como todas as outras associações, está esperançosa que alguma coisa possa melhorar e já começou. Mas, só que é aquela coisa, nós estamos regularizando, estamos colocando o pé no chão...

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Pedro, um minuto para concluir.

O SR. PEDRO CARMO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado.

Quero agradecer Pedro Carmo, um dos grandes mobilizador da população para que esta Audiência Pública pudesse acontecer.

Elizete, você tem alguma pergunta para a Dr^a Antônia? Você como Presidente da Associação dos Produtores de Minhoca, tem alguma pergunta? (PAUSA)

Pessoal, para encerrarmos a participação do Daldegan e do Elder...

Concedo dois minutos ao Eduardo.

O SR. EDUARDO - Secretário, se Vossa Excelência quiser anotar a minha pergunta para poder respondê-la, pode anotar.

Primeira pergunta: a APA é importante, mas como fica a sociedade?

Segunda: vai trazer o que para o cidadão?

A APA vem conciliada com um programa?

Programa de Desenvolvimento Rural, Programa de Desenvolvimento Regional, sua composição, a presença do SEBRAE é muito importante para ver uma alternativa de desenvolvimento econômico conciliada com a questão ambiental.

Eu acredito, Secretário, que há no momento, no Estado de Mato Grosso, uma adequação da Lei Federal do Meio Ambiente, do Código do Meio Ambiente, com relação à Legislação Estadual.

Os casos ilícitos, polêmicos, de alevinos ilícitos e reservas ambientais, que não tinham a área de reserva ambiental, tinham que comprar, como ficará a APA?

Deputado José Domingos Fraga, gostaria de agradecer e realmente parabenizar o trabalho de Vossa Excelência na Assembléia Legislativa.

Recentemente, participei de uma reunião da CCJR e pude ver a preocupação de Vossa Excelência com relação ao endividamento dos pequenos produtores rurais, a isenção dessa inadimplência. Isso é muito importante.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Quero parabenizar também o Deputado Erival Capistrano, os vereadores e os cidadãos diamantinenses que se fazem presentes nesta Audiência Pública.

Secretário, o grande problema ambiental em Alto Paraguai não é o garimpo, mas, sim, a rede de esgoto e os bolos fecais de Diamantino que caem no rio Paraguai e fazem com que realmente o problema de saúde afete a população daquele município. Em relação a esse problema, sim, gostaríamos, em nome da população, que Vossas Excelências tomem providência de imediato.

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Gostaria, Secretário, que Vossa Excelência já respondesse e, ao mesmo tempo, pudesse fazer suas considerações finais.

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDEGAN – Acho que é a terceira vez que participamos aqui e estamos mostrando, Eduardo, o que APA traz de benefício para a sociedade. Quem vai ganhar mais com isso é a sociedade.

Acabaram de falar o Vereador, a Antônia, o Secretário Furlan, os Deputados, mostrando que é um ordenamento do uso e ocupação do solo de maneira sustentável.

A Prefeitura vem recebendo um acréscimo na questão do repasse. Isso é importante para o município? É importante.

Tem aí as ações do MT – Regional, tem a questão agora que o Ministério está colocando, enfim, existe só benefício em relação à APA. Não é restritivo o uso, respondi há pouco para o pessoal da Associação. Então, parece-me que parte dessa pergunta já foi respondida há muito tempo.

E dizer também que a questão do rio aí – e aqui não é fazer defesa de ninguém – é uma questão histórica de governantes que vem há muito tempo e não se pensou isso e tem que se olhar, sim, Prefeito! Tem que olhar, sim! Mas não é somente uma questão atual. Nós temos que rever também essa questão da história. E, acima de tudo, os programas e os projetos existem e estão aí. É uma coisa fácil que cai do céu? Não é. É uma construção de um novo conceito de sustentabilidade para essa sociedade que é o que está faltando.

A Antônia acabou de colocar, e eu tenho certeza que as mulheres de Alto Paraguai vão dar essa resposta, o pessoal da Associação, o pessoal que está trabalhando agora com a piscicultura, enfim... As respostas estão aqui. Agora, não é nada fácil, pessoal! Não é nada fácil!

Agora, a vontade de vocês é que impulsiona. Nós estamos aqui até com uma prestação de serviços, porque somos servidores públicos e temos que estar aqui prestar o serviço. Sempre que formos chamados, faremos o maior esforço para estarmos aqui. Mas, é a vontade de vocês que impulsiona tudo isso.

Tenho certeza que a sociedade de Alto Paraguaia vai ser extremamente beneficiada até por ter esse diálogo aberto, a presença dos Deputados da região, que é muito importante, e a sensibilidade que nós Secretários já temos em relação a essa região.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Secretário, peço desculpas ao Senhor, porque eu falhei com o Ivo. Ele está inscrito e gostaria de fazer uma pergunta a Vossa Excelência, antes do senhor sair. Sei que o senhor tem vô, tem um encontro regional, estadual...

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDEGAN – Conferência Estadual de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – ...na Capital, mas eu peço escusas.

Com a palavra o Sr. Ivo, que dispõe de dois minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

O SR. IVO – Primeiramente, quero agradecer, Secretário Luiz Henrique Daldegan, por Vossa Excelência está aqui presente mais uma vez.

Eu sou Vereador de Alto Paraguaia e também agradeço por Vossa Excelência ter nos recebido em Cuiabá com muita atenção.

A minha pergunta é simples. Peço simplesmente para Vossa Excelência esclarecer para os garimpeiros que ainda existem por aqui hoje, talvez não por ser a renda única que eles têm hoje, mas um *hobby* de muitos anos aqui, alguns aposentados também, que garimpam por tradição, porque corre um boato aqui dentro que com a criação da APA ia ter que parar tudo, ia ter que vender os maquinários, ia ter que acabar com o garimpo totalmente.

Eu, como Vereadores, sofro essas dúvidas e essa pressão. Então, eu gostaria que Vossa Excelência esclarecesse sobre a APA, se terá algum local onde se pode garimpar e onde não se pode.

Eu sei que Vossa Excelência já esclareceu isso, mas eu gostaria que Vossa Excelência esclarecesse para alguns garimpeiros que têm algum motorzinho ainda que funciona, que gera uma renda extra. O que vai acontecer de acordo com a fiscalização que Vossa Excelência vai fazer daqui para frente?

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE DALDEGAN – A fiscalização não é daqui para frente. Ela sempre existe.

Vou ser bem sincero e não estamos aqui para brincar. Quem está ilegal... Não podemos pensar em não fiscalizar. Então, para quem está ilegal nós já mostramos como tem que ser feito, apoiamos, o Secretário Clóves Vettorato esteve aqui e já está encaminhado o que tem que ser feito.

E você que ainda não buscou se adequar vai estar sujeito à fiscalização, a ser multado, etc, porque é prerrogativa legal. Ninguém, sociedade nenhuma quer que não se cumpra a lei. Então, esse é um fato.

Segundo, dentro da legalidade, porque a questão da mineração o ouro está, o diamante está onde ele está. Então, inclusive existe resolução do CONAMA que até em APP, onde se tem a mineração pode ser extraída, mas tem que estar legalizada junto ao DNPM, a questão da cooperativa e tal.

Isso já foi falado, gente! Isso já foi falado e já foi mostrado o caminho. O vereador aqui está à frente deste trabalho, o Fiota está à frente deste trabalho, participando. Tem que se adequar. Isso tem que ser feito.

Não podemos falar: “Não. Continua do jeito que está que nós vamos passar por ali e não ver”. Negativo! Tem que buscar adequação e tem quase um ano que estamos batalhando isso. Inclusive, essa questão de apoio às cooperativas, através de ações sustentáveis e licenciadas dentro da APA tem que ser apoiada pela Prefeitura nessa questão desse recurso, tem que ser cobrado isso, realmente.

Como o Elder falou, que nós vamos ver, onde é que está sendo implementado isso aí? É um questionamento correto que vocês têm que fazer. Então, é dentro desse sentido, o que está ilícito buscar a regularização. Nós sempre vamos estar lá atendendo a todos da mesma maneira e tal, sempre nos esforçando.

Eu quero agradecer, mais uma vez, Deputado José Domingos Fraga, pela oportunidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

Em nome do Governo Blairo Maggi quero dizer que o Governo Blairo Maggi tem essa diferenciação, vem aqui, mostra o que é, não passa mão na cabeça de ninguém, mas tenta ensinar a pescar, como já tem vários aqui que já estão pescando dentro das crateras dos garimpos.

Então, eu quero aqui agradecer a todos os senhores e as senhoras, principalmente a Deus que nos abençoou nesta tarde, nesta Audiência Pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – A reunião não acabou.

Secretário, quero agradecer Vossa Excelência, quero agradecer o Elder e ao mesmo tempo me colocar à disposição no Poder Legislativo para ser um agente facilitador das proposituras da SEMA – Secretaria de Meio Ambiente com relação às questões que dependam da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Portanto, obrigado.

Boa viagem!

A reunião não acabou.

Agora vamos ouvir o Prefeito Umbelino Alves Campos (Bilu), que tem uma pergunta para fazer para a nossa conferencista, a nossa professora, a Dr^a Antônia.

O SR. UMBELINO ALVES CAMPOS – Doutora, professora... Que mais? Vou acrescentar mais um bocado. Desde que o recurso venha, pode me falar que eu acrescento mais Dr...

Como eu devo tratá-la? Senhora ou você?

A SR^a ANTÔNIA SAMIR - Pode ficar a vontade.

O SR. UMBELINO ALVES DE CAMPOS - Antônia, você falou aqui do recurso dos pequenos, recurso dos pequenininhos, que me animou e fui até segurar o microfone lá, todo esse recurso que chega nos anima muito, para as cooperativas das mulheres, para as associações organizadas. Tem algum folheto, alguma cartilha que possa encaminhar para a presidente da cooperativa, ou presidente das associações, ou para grupos que se formam e queriam buscar esse recurso...

A SR^a ANTÔNIA SAMIR - Tem.

O SR. UMBELINO ALVES DE CAMPOS - ...para saber a burocracia para saber se existe...

A SR^a ANTÔNIA SAMIR - É muito simples, Prefeito

O SR. UMBELINO ALVES DE CAMPOS - Porque muitas vezes tem inúmeros, tem “ene” recursos, linhas de crédito, mas não chega ao nosso conhecimento. Muitas vezes, quando chega a burocracia é tão grande que não temos condições de preparar todas aquelas exigências documentais. A legislação para conseguir recurso federal de qualquer entidade pública é muito grande.

Então, eu gostaria de saber se tem um *site* para pedirmos informações, para vermos em que se enquadra a nossa necessidade, a nossa demanda de financiamento, onde nos enquadrarmos para buscarmos o apoio a Cooperativa das Mulheres, muito bem defendida do pelo Vereador Giba, que sempre está em reuniões e mais reuniões e quando chega no poder público é muito pouquinho.

Então, eu gostaria, se possível, que nos encaminhassem uma cartilha, um folheto, um *site* para essas informações para que nós pudéssemos repassar e reproduzir isso para buscarmos esses recursos para os pequenos produtores que, nesse caso, vai ter aí.

A SR^a ANTÔNIA SAMIR - Perfeito.

Prefeito, pode ser acessado através da página do Ministério do Meio Ambiente, mas, acima de tudo, atendemos uma preocupação do Deputado que entrou em contato com Brasília,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

se preocupou com a cidade, especificamente Alto Paraguai: “Nós temos que arranjar uma a solução de geração de renda para as pessoas de lá.”

Então, atendendo a esse convite do Deputado, e o senhor também se aliou a essa demanda, viemos para falar desse recurso.

Só que nós somos um grupo enorme. Eu sou um dos técnicos. O senhor pode convidar-nos para vir aqui, reúne a comunidade, nos dividimos em equipe, e começamos o be-a-bá. Primeiro, vocês vão querer produzir o que? O que é que dá para fazer neste lugar?

A primeira coisa, gente, é ver. Não adianta ficar – desculpem-me se eu vou deixar vocês tristes - dando murro em ponta de faca.

Se a questão do garimpo está complicada, vamos ficar a vida toda insistindo? Vamos tentar. Qual é a outra vocação que o Município tem? Será que o Município só tem essa vocação? Nós estamos tentando o peixe, existe uma comunidade no Brasil que vende sabe o que para a França? Couro! Couro para fazer sapato fino, couro de peixe. É lindo e o povo paga muito caro. Então, nós temos arranjar alternativa. Estamos lá, nós temos cartilha e podemos vir aqui. Ouviu, prefeito?

Eu quero agradecer a hospitalidade, agradecer a vocês e agradecer, acima de tudo, ao Deputado, o bom-senso, Deputado, e dizer que as pessoas devem se orgulhar de ter uma pessoa extremamente preocupada, como Vossa Excelência, os representando.

Então, obrigada a vocês, gente, eu vou deixar o meu telefone na prefeitura, algumas pessoas já pegaram, e vou deixar com as meninas, que eu conversei com elas, não sei se elas já foram, acho que elas estão lá fora, vamos conversar mais um pouco. Eu vou deixar com elas. E vamos fazer urgente, pelo menos, um projetinho, porque se fizermos um, o povo vê e fala: ah, o trem dá certo mesmo. Porque só falar não resolve.

Vamos tocar, vamos pegar um grupo, fazemos um piloto, não é Prefeito? E a partir daquilo as pessoas: olha, deu certo. Vamos tocar.

Muito obrigada, Deputado, pelo convite em nome do Governo Federal.
(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Professora Antônia. Quero do fundo do coração agradecer a sua presença, agradecer o seu pronunciamento, foi muito importante para abrir os olhos da população de Alto Paraguai. E quero que a senhora leve o meu agradecimento ao Secretário Egon, espero que o Luiz Henrique possa marcar essa audiência, que eu possa estar lá na terça-feira, pessoalmente, para conhecê-lo. Para mim será um prazer muito grande.

Em função do adiantado da hora, nós não vamos mais abrir a fala, e vou até pedir desculpa para o Bilu, não vou passar a palavra para ele fazer o encerramento.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Erival Capistrano, para que o Deputado possa fazer suas considerações finais.

(UM PARTICIPANTE INTERROMPE O SR. PRESIDENTE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Erival Capistrano, ele já responde a sua pergunta e ao mesmo tempo faz as suas considerações finais. Logo em seguida estaremos encerrando a nossa Audiência Pública.

O SR. JOSÉ VALENTIN - Eu faria uma pergunta em relação à APA, mas essa pergunta o companheiro Vereador Giba já fez ao Secretário de Meio Ambiente.

Aproveitando a vinda do Deputado José Domingos Fraga e do companheiro Deputado Erival Capistrano, aqui de Diamantino, eu faço a pergunta: que não é só preocupação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

minha, José Domingos e Erival, é uma preocupação da Câmara Municipal, do Poder Executivo em relação à chegada do Grupo Bertin, aqui em Diamantino, se fala muito na construção de não sei quantas casas lá em Diamantino, em relação a Alto Paraguai, eu não vi ainda o Governo manifestar em relação à construção de casas populares em Alto Paraguai.

Que com a chegada do Grupo Bertin, a possibilidade de três mil e quinhentos empregos, quatro mil empregos vão surgir aqui nesta região do meio norte. Então, na qualidade de vereador, Erival e José Domingos, eu quero fazer uma pergunta, porque já surgiram comentários de que tem projetos na CETEC de construção de casas populares em Alto Paraguai, até o projeto Sou Feliz. Agora, eu gostaria de saber se Vossas Excelências são sabedores disso, se há realmente esse projeto ali, porque é uma necessidade aqui de Alto Paraguai, que se criam muitas expectativas de várias famílias que moram em outro município voltar a residir em Alto Paraguai e nós não temos casa para receber essas famílias. Então, eu quero saber se realmente há esse projeto lá dentro da CETEC. E, se não houver esse projeto lá dentro, eu quero que Vossas Excelências levem essa reivindicação junto ao Governo Blairo Maggi, porque é importante, é fundamental, porque vai atingir um grande número de famílias que poderão retornar para Alto Paraguai.

O SR. ERIVAL CAPISTRANO – Zelão, essa preocupação nossa, eu não sei se você tem acompanhado o noticiário, mas quanto a essa vinda da Bertin, eu acho que vai ser a ressurreição da nossa região. Nós estamos vendo, inclusive, junto ao Governo do Estado, junto ao CEPROTEC, cursos direcionados para qualificar a nossa população. Porque não adianta vir empresas para cá se não qualificar o nosso povo. Aí vai continuar todo mundo desempregado.

Quanto à construção de casas, eu fiquei sabendo por meio do prefeito que tem um pedido junto o Governo do Estado e ele está pedindo nosso empenho também para que saia cento e cinquenta casas aqui no Município de Alto Paraguai. A informação que nós temos seria isso. Mas, eu coloco à disposição, mais um vez, para estarmos junto com o prefeito, os vereadores e a população de Alto Paraguai para lutar aqui pelo município. Eu na oportunidade...

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDIVEL.)

O SR. STOESSEL SANTOS FILHO – ...de Alto Paraguaia para se qualificar junto conosco, que nós entendemos que Alto Paraguai é uma co-irmã e nós podemos ter certeza que vamos caminhar juntos. (PALMAS.)

O SR. ERIVAL CAPISTRANO - Eu agradeço o aparte do Vereador Istol, porque quando falamos em Diamantino, estamos falando em Alto Paraguai, que a união dessas duas cidades, uma não vive sem a outra. Tanto é que o comércio de Diamantino sobrevive, por meio de Alto Paraguai, que está diuturnamente conosco lá.

Então, eu gostaria de parabenizar a população de Alto Paraguai por acreditar nesta convocação da Assembléia Legislativa, por meio da Audiência Pública, convocada pelo Deputado José Domingos Fraga. Isso tem demonstrado que tem que ter união. Como o Secretário Furlan disse, nós não podemos ficar esperando do Governo para cair alguma coisa do céu. Acho que nós temos que nos unir em termos de população, de municípios e correr atrás daquele objetivo que almejamos.

Que o Grande Arquiteto do universo ilumine a todos. E muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Eu vou aproveitar e reforçar as palavras do Deputado Erival Capistrano em relação a casas populares.

O Prefeito Bilu já tinha me cobrado, Vereador Zelão. Eu sou relator do PPA e, conseqüentemente, vou ser relator da LOA, Lei Orçamentária Anual. E eu já vou fazer as emendas, preciso do apoio do Deputado Erival Capistrano, porque o PPA é regionalizado, é por região. E aqui

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

em Alto Paraguai pertence à região de Diamantino. E vamos colocar mais um número significativo de mais habitação de forma que possamos contemplar na região, precisamos, politicamente, sensibilizar o Governo, não só sancionar como também acolher as nossas emendas, mas viabilizar essas casas para Alto Paraguai.

Mas eu quero agradecer ao Deputado Erival Capistrano; quero fazer um agradecimento ao Prefeito Municipal Bilu; em nome do Xisto, quero fazer um agradecimento todo especial a todos os Vereadores que compõem o Parlamento do Município de Alto Paraguai; quero fazer um agradecimento especial aos Vereadores Istol e Chicão, de Diamantino, que vieram prestigiar esta Audiência Pública.

Eu não poderia deixar de agradecer o Secretário Furlan, que tem um conhecimento muito macro dos investimentos que estão sendo aportados no Estado de Mato Grosso, tanto investimento público e privado; quero fazer um agradecimento também especial ao Secretário Luiz Henrique Daldegan e ao Elder, que sem sombra de dúvida foi fundamental a vinda deles aqui para quebrar aquele tabu existente entre a Secretaria do Meio Ambiente e população de Alto Paraguai e, em segundo lugar, dizer que na APA pode-se tudo desde que seja de forma sustentável e de forma legal. Como, também, pode qualquer atividade econômica a ser desenvolvida fora da APA.

Precisamos buscar parceria e chamar à responsabilidade o Governo do Estado e o Poder Legislativo Estadual para que em conjunto com vocês busquem os melhores caminhos.

Quero, também, agradecer a presença da Sr^a Antônia, que, além de ter um conhecimento muito amplo das questões ambientais e de ter uma simpatia maior ainda que o seu conhecimento, a meu ver adotou de verdade Alto Paraguai.

Se com essas fontes de recursos que trabalha o Ministério, que foram colocadas aqui para todos, de cinco até cem mil reais, de fato, tiverem vontade política de fazer a coisa acontecer por meio das associações cooperativas já existentes e das demais que podem ser criadas, tenho certeza, a Sr^a Antônia será uma defensora dos interesses de Alto Paraguai em Brasília.

É preciso o Secretário Luiz Henrique marcar uma Audiência Pública com o chefe dela, com ela, para que possamos não só discutir no MDA a questão da intransigência de fazer crédito fundiário em área de preservação ambiental, como, também, definir a vinda desses técnicos a Alto Paraguai para que possamos ser capacitados e o Município de Alto Paraguai ser o projeto-piloto do Ministério do Meio Ambiente na execução de projetos dessa natureza que trabalhe pequenos arranjos produtivos.

Não podemos contar, Eduardo, com mega investimentos, como está acontecendo em Diamantino. Com a briga política que aconteceu com todos os autores políticos de Diamantino, da briga política do Governo em encurtar as diferenças regionais do Estado, foi uma sorte muito grande um investimento de tamanha envergadura cair em Diamantino, porque tinha outros municípios pleiteando, com maior potencialidade em termos de logística, de matéria-prima e muito mais atrativo.

Não podemos esperar que a mesma sorte que teve Diamantino tenha o Município de Alto Paraguai. Tomara! Eu tenho dito: tomara, porque pelo menos ficamos com os berros dos bois que serão abatidos em Diamantino. Só com os empregos que isso vai gerar de forma direta para Alto Paraguai e toda região e as outras pequenas empresas que virão depois da Bertin, que poderão aportar aqui, em Alto Paraguai, ou mesmo Diamantino, com certeza, Alto Paraguai ganhará muito com esse investimento do Bertin aqui, em Diamantino.

Volto a frisar que aquele encontro, aquele Simpósio feito pela Assembléia Legislativa, a meu pedido, realizado em Diamantino, foi fundamental para que o Governador tivesse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL, REALIZADA EM ALTO PARAGUAI, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS
14:00 HORAS.

esse olhar mais aguçado e fizesse com que os investimentos privados que viesse para Mato Grosso e recebesse incentivos fiscais viessem para a região mais empobrecida do Estado de Mato Grosso.

Na Assembléia Legislativa estamos fazendo a nossa parte. Esperamos que dentro das nossas atribuições que são poucas, levando-se em consideração a grande necessidade, a grande demanda da população mato-grossense, principalmente desta região, ter muito que fazer.

Espero que o Deputado Erival Capistrano, nesse pouco tempo que está lá, e os Deputados Wagner Ramos, Sérgio Ricardo e eu não venhamos a decepcioná-los.

Tenho pedido a Deus que nos dê saúde e inteligência para esses quatro anos de mandato realmente exercer com muita competência, com muita seriedade e que jamais venhamos a decepcionar quem quer que seja que nos deu um voto de confiança.

Quero agradecer a presença de todos! Peço a Deus que continue abençoando os municípios que compõem a Bacia do Alto Paraguai, que são municípios que fizeram a história, que fazem parte da história do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, mas que por questões alheias a nossa vontade estão passando por tantas dificuldades. Discussões como esta, sem sombra de dúvida, abrirá o caminho. Então, que vocês possam pavimentá-lo e que melhores dias aconteçam para vocês e para todos nós que queremos ser autores vivos, presentes no desenvolvimento de forma sustentável e com essa qualidade de vida que todos precisam e merecem.

Muito obrigado pela presença de todos! Que Deus abençoe a todos!

Está encerrada esta Audiência Pública. (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
- Revisão:
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Rosa Antonia Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro Daleffe.